

Início da judicialização

Desde o início, o projeto enfrentou problemas judiciais, alterações estruturais e modificações de projeto devido a erros graves, comprovados por perícias. Esses problemas resultaram em atrasos significativos e elevaram o custo total da obra para mais de R\$ 40 milhões.

O hospital foi inaugurado somente após duas recomendações administrativas do Ministério Público do Paraná (MPPR). Em 2019, a 1ª Vara da Fazenda Pública de Toledo decretou a indisponibilidade de R\$ 3,2 milhões em bens do ex-prefeito Luis Adalberto Lunitti Pagnussatt, então MDB

(2013/2016), e de outros dez réus na ação que investiga irregularidades na construção do Hospital Regional. Atualmente, respondem ao processo o ex-prefeito, o engenheiro civil José Carlos de Jesus, a ex-secretária de Saúde Denise Helena Silva Lins Cajazeiro de Macedo Campos, e Amau-

ri Vilmar Link. Por parte da construtora Endeal, Silmara Facher e Nalmir Fontana Feder também permanecem como réus. Os demais servidores mencionados na inicial foram excluídos do processo após as oitivas na CPI e perícias da PF, que comprovaram a ausência de suas participações.

As acusações

Após a entrega das obras, o hospital apresentava problemas estruturais e não começou a funcionar. O MPPR apurou que o ex-prefeito, a então secretária de Saúde, o fiscal da obra, membros da Comissão Municipal de Urbanismo, a empresa

construtora e o sócio administrador do empreendimento agiram para liberar a obra sem as devidas vistorias e antes de sua conclusão. Essas ilegalidades visavam a liberação de R\$ 887 mil à construtora, uma vez que o

convênio entre a União e o Município estava prestes a ser encerrado. Sem as licenças e liberações necessárias, o prédio não pôde ser inaugurado. O MP calculou que o prejuízo aos cofres públicos já ultrapassava R\$ 1,6 milhão e, na última atualização,

os prejuízos, incluindo superfaturamento, somavam mais de:

R\$ 2,2 milhões

FATO INVESTIGADO E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

O presente Inquérito Policial foi instaurado por Portaria, na data supra mencionada, para apurar a notícia de possível fraude em contrato e aditivos formalizados para a construção do Hospital Regional de Toledo/PR por meio da **inexecução do projeto licitado**.

Deu ensejo à instauração deste feito o Memorando nº 29/2019/AFEPAR 9594939, oriundo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que encaminhou o Ofício nº 100/2018-GAB-03, datado de 18/12/2018, por meio da qual a Câmara Municipal de Toledo/PR remete relatório da **Comissão Parlamentar de Inquérito do Hospital Regional do referido Município ao MJSP**.

Consta do ofício em questão que as obras perduraram por 05 anos e foram **finalizadas em 2016**, bem como a informação de emprego de **recursos federais**, com o **prejuízo de R\$ 1.632.642,91** deixado pela construção do Hospital Regional de Toledo/PR.

II- DAS DILIGÊNCIAS REALIZADAS

1) Os arquivos recebidos gravados na mídia (fls 17) que acompanhou o Ofício nº 100/2018-GAB-03 foram juntados nos eventos 03, 04 e 05 dos autos no eProc. Dentre tais documentos observam-se os seguintes:

a) Foi firmado o **convênio 1535/2010**, datado de 31/12/2010, com a **União**, por intermédio do **Ministério da Saúde**, com previsão de destinação de recursos daquela no montante de R\$ 11.828.571,43 e do Município de Toledo no montante de R\$ 1.028.571,43, totalizando **R\$ 12.857.142,86** (evento 3.4).

b) O **contrato 360/2012** (ev 03.36), datado de 27/03/2012, foi firmado pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOLEDO**, representado pelo então prefeito **JOSÉ CARLSO SCHIAVINATO** e então secretária da saúde **DENISE LIELL**, e pela **ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CNPJ 430.585/0001-78**, representada por **SILMARA FANCHER**.

c) **Relatório Técnico**, datado de 22/03/2018 (ev 5.56 e 5.57), realizado por Comissão Técnica instituída por meio da Portaria 529/2017 do Prefeito Municipal de Toledo/PR, destacando-se as seguintes conclusões: **“as instalações elétricas existentes na**

obra ignoram completamente os projetos de forma que não é possível garantir a segurança dos pacientes e dos equipamentos instalados. Os levantamentos apontam para um valor pago de R\$ 1.632.642,91 (...). Muitas das inconformidades implicam em questões estéticas, porém a grande maioria, em especial as instalações elétricas, prejudica a funcionalidade da edificação e pode, conseqüentemente, danificar equipamentos e instalações hospitalares. Não é possível mensurar os danos agregados a todas as inconformidades levantadas (...)”

2) Juntou-se o **Laudo Pericial 1180/2020** (fls 40-63), referente ao Contrato 360/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE TOLEDO (Fundo Municipal de Saúde de Toledo) e a empresa ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (CNPI 03.430.585/0001-78), pelo valor previsto de RS 11.863.509,46, assinado na data de 27/03/2012, para construção do prédio do Hospital Regional de Toledo, com área construída projetada dos 8.878,74 metros quadrados. Ao final do contrato foram pagos RS 14.203.592,76 por meio de 26 medições. Neste laudo foram respondidos a alguns quesitos:

Quesito 1. Os custos unitários da obra estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado da construção civil na época em questão?

Sim. Após confronto de preços realizados, os signatários identificaram que os preços dos serviços pagos a empresa ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentaram um desconto médio de 17,7% em relação ao preço de referencia constante das tabelas oficiais, portanto, sem sobrepreço.

Quesito 2. A obra foi executada de acordo com as Especificações e Projetos?

Este quesito será objeto de laudo específico.

Quesito 3. Os quantitativos previstos correspondem aos serviços executados?

Este quesito será objeto de laudo específico.

Quesito 4. Houve superfaturamento (ou dano ao Erário)? Se positivo, qual o montante?

O superfaturamento pode ser composto por preços abusivos pagos a empresa contratada ou composto por serviços pagos sem a devida contrapartida. Neste laudo abordamos a análise de preços, não se constatando superfaturamento quanto a este aspecto. A análise da execução da obra com respectiva verificação de pagamento indevido por serviços não executados será objeto de laudo específico.

Quesito 5. Outras informações uteis e/ou esclarecedoras.

Os peritos analisaram eventual existência de jogo de planilha nos aditivos firmados ao longo do contrato. De modo geral, a obra seguiu o projeto previsto. No entanto, ao longo da execução do contrato foram alterados alguns serviços com acréscimo e supressão (parcialmente ou integralmente) de itens novos ou existentes. Estas alterações importaram na redução do desconto inicial obtido na licitação, todavia, dada a natureza dos serviços alterados e a fase da obra onde foram efetivadas, não é possível concluir que estas alterações objetivaram o desequilíbrio econômico do contrato em desfavor da administração pública.

O exame relativo a pericia de superfaturamento por quantidade/qualidade da execução do contrato será objeto de laudo específico.

3) Juntou-se o **Laudo Pericial 1852/2021** (fls 87 e ss), contemplando as respostas faltantes. Consta também que final do contrato foram pagos **R\$ 16.967.815,09** à construtora, sendo **R\$ 14.203.593,50** decorrente das 26 medições realizadas e **R\$ 2.764.221,59** decorrente de **recomposição financeira** do contrato:

Quesito 1. Os custos unitários da obra estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado da construção civil na época em questão?

Respondido no Laudo 1180/2020-SETEC/SR/PF/PR

Quesito 2. A obra foi executada de acordo com as especificações e Projetos?

Não. A obra apresenta uma série de serviços que não foram executados ou, ainda, executados parcialmente. Outrossim, a obra apresenta inúmeros defeitos originários de sua execução, conforme resumidamente abordado na subseção IV.3.3. Além disso, vários itens foram entregues, porém não puderam ser submetidos a testes de funcionamento.

Quesito 3. Os quantitativos previstos correspondem aos executados?

Não. Segundo apurado pela Perícia, e relatado no corpo deste laudo, foi identificado o pagamento por serviços não executados no valor de R\$ 207.943,23. Este valor representa apenas a parcela de serviços que puderam ser efetivamente confirmados, haja vista a alteração do objeto de exame devido às obras de reparo e conclusão do Hospital Regional de Toledo, iniciadas em janeiro de 2020. A título de informação, caso as autoridades competentes entendam aplicável o Art. 387, IV, do Decreto-Lei 3689/41, o signatário atualizou o valor apurado para a data-base de 1º de novembro de 2021. Para tanto foi utilizada a taxa SELIC, que resultou no valor de R\$ 490.092,34.

Quesito 4. Houve superfaturamento (ou dano ao Erário)? Se positivo, qual o montante?

*Sim. Além do superfaturamento apontado na resposta anterior, os signatários identificaram falhas substanciais na metodologia de cálculo da **recomposição financeira** do contrato, especialmente na aplicação dos índices de reajustes, conforme detalhado na subseção IV.3.1. Após aplicar metodologia conforme preconizado pela legislação vigente, os signatários identificaram um **pagamento indevido de R\$ 1.165.222,97**, ou seja, 72,9% acima do valor efetivamente devido, calculado pela Perícia. A título de informação, caso as autoridades competentes entendam aplicável o Art. 387, IV, do Decreto-Lei 3689/41, o signatário atualizou o superfaturamento apurado para a data-base de 1º de novembro de 2021. Para tanto foi utilizada a taxa SELIC, que resultou no valor de R\$ 2.257.682,08.*

Quesito 5. Outras informações úteis e/ou esclarecedoras.

De modo geral, segundo os relatórios analisados pelos signatários, a obra em questão não tinha condição alguma de ter tido seu recebimento definitivo emitido pela Prefeitura. Apesar dos signatários não terem tido êxito em apurar todo o desvio financeiro ocorrido na obra (desvios decorrentes da falta de qualidade ou devido a quantidades executadas parcialmente ou sequer executadas), é certo afirmar que boa parte do orçamento de R\$ 11.106.972,43 para retomada e conclusão da obra, notadamente o valor de R\$ 3.488.104,43 para reparo e finalização das instalações elétricas, deve-se a correções de falhas ocorridas no primeiro

contrato.

Destacam-se os seguintes trechos que constam no corpo deste Laudo:

IV.3.1 Exame do Aditivo de Recomposição Financeira

Conforme detalhado na subseção IV.2.3, o MUNICÍPIO DE TOLEDO e a empresa ENDEAL firmaram o oitavo aditivo para recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante metodologia pactuada, já descrita naquela subseção do laudo.

Após analisarem as planilhas e os termos do reequilíbrio do contrato, os signatários identificaram falhas na metodologia adotada, assim como irregularidades em sua aplicação.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a legislação vigente prevê reajustes contratuais para compensar eventuais variações inflacionárias, estabelecendo como base a data de referência do orçamento que orientou a licitação, no presente caso, junho de 2011 (DOC 03). Tendo isso como norte, a primeira recomposição contratual deveria ocorrer após o mês de junho de 2012, conforme preconiza o art. 40 da Lei 8.666/1993 e as demais, anualmente, nesse mesmo período, ou seja, após junho de 2013, junho de 2014 e assim por diante. Nesse sentido, pode-se afirmar que o reequilíbrio do contrato foi calculado de forma equivocada.

Ainda que empregada metodologia equivocada, os signatários analisaram os indicadores aplicados no intuito de verificar sua adequabilidade. Para tanto, adotaram em primeiro momento os mesmos critérios pactuados entre as partes, sem perder de vista as reais variações de preço ocorridas no período consignado no termo aditivo. Para efetuar essa análise, adotaram as planilhas de composições referenciais do SINAPI para as datas bases de junho de 2011 e julho de 2013, mesmo período utilizado no aditivo.

De modo global, notou-se que a correção média aplicada por meio das variações apuradas pela fiscalização foi de 39,0%, enquanto, aplicando-se a mesma metodologia, mas utilizando-se dos preços divulgados pelo SINAPI, os signatários chegaram a uma correção devida de 20,1%.

Analisando-se as causas dessa significativa diferença, os signatários constataram que a fiscalização adotou, em diversos casos, valores inexistentes nas planilhas do SINAPI. Como exemplo, cita-se a composição 74067/001, adotada para correção dos itens 5.2 a 5.4 e 5.6 a 5.26, onde os preços praticados em junho/2011 e julho/2013 eram de R\$ 481,03/m² e R\$ 534,32/m², respectivamente, importando em uma variação de 11%, enquanto a variação aplicada no oitavo aditivo foi de 55%, inconsistente com a variação de preços observadas na tabela SINAPI.

Outrossim, em diversos casos foram adotadas composições próprias ou cotações quando era possível adotar serviços bem similares previstos pelo SINAPI que poderiam, perfeitamente, representar variações inflacionárias ocorridas no período. Um exemplo são os itens 3.2.4.1, 3.2.4.2 e 3.2.4.3, relativos a lajes pré-moldadas com preenchimento de EPS, cujas variações basearam-se em cotações. Nesse caso, poderia ser adotada a composição 74.202/0025 - do SINAPI, que apresentava o preço de R\$ 62,59/m² em junho/2011 e R\$ 63,01/m² em julho/2013, importando em uma variação de 0,67%, enquanto a

variação obtida pela cotação realizada pela fiscalização situou-se na faixa de 29 a 37%, bem acima da variação de preços observadas na tabela SINAPI.

Efetuada essa análise para todas as recomposições mais significativas, os signatários chegaram a uma recomposição devida de R\$ 1.320.244,77, ao passo que a fiscalização e a empresa ENDEAL, pactuaram para os mesmos serviços analisados um valor de R\$ 2.643.952,76, resultando em uma recomposição indevida (conforme metodologia estabelecida entre as partes) de R\$ 1.323.708,00. Além dessa diferença, soma-se a parcela de R\$ 85.959,17 relativa aos serviços que sofreram reequilíbrio, mas que foram posteriormente suprimidos do contrato.

Todavia, conforme salientado anteriormente, o MUNICÍPIO DE TOLEDO e a empresa ENDEAL não efetuaram a recomposição de contrato aplicando os reajustes conforme preconiza a legislação vigente à época. Para verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, consoante o que preconiza a lei, os signatários aplicaram uma metodologia de cálculo da recomposição ancorada na legislação vigente. Para tanto, aplicaram a correção dos saldos remanescentes em cada um dos aniversários da data-base da planilha orçamentária, considerando dois índices relacionados a variações de preços praticados no mercado da construção civil: (i) Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-DI/FGV), principal índice de correção de contratos na construção civil e; (ii) Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI/IBGE), que utiliza a mesma base de pesquisa dos preços de referência das obras públicas. Os cálculos acham-se apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Cálculo da efetiva recomposição financeira devida

Mês	INCC - SINAPI (PARAMÁ)	VARIAÇÃO	SALDO CONTRATUAL	RECOMPOSIÇÃO	INCC/FGV	VARIAÇÃO	SALDO CONTRATUAL	RECOMPOSIÇÃO
JUNHO/2011	370,28				479,183			
JUNHO/2012	402,53	8,71%	10.891.882,53	948.565,32	512,903	7,84%	10.891.028,53	768.397,26
JUNHO/2013	434,61	7,97%	5.998.316,88	478.041,48	553,948	8,88%	5.998.316,88	488.014,58
JUNHO/2014	463,64	6,68%	1.476.869,20	98.594,81	594,013	7,23%	1.476.869,20	106.718,60
JUNHO/2015	496,82	5,00%	1.476.869,20	73.797,96	635,403	6,97%	1.476.869,20	182.850,45
JUNHO/2016			-	-	676,42		-	-
TOTAL DE RECOMPOSIÇÃO PARA REEQUILÍBRIO DO CONTRATO				1.598.998,62				1.456.020,88

*Como resultado da análise, os signatários identificaram uma recomposição devida ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, segundo preceitua a legislação vigente, de até R\$ 1.598.998,62 (valor obtido adotando os indicadores do SINAPI/IBGE). Isso importa em afirmar que a fiscalização da Prefeitura e a empresa ENDEAL **superfaturaram o reequilíbrio econômico-financeiro em R\$ 1.165.222,97**, ou seja, 72,9% acima do valor efetivamente devido, calculado pela Perícia. Este valor foi calculado para a data-base de setembro/2013. A título de informação, caso as autoridades competentes entendam aplicável o Art. 387, IV, do Decreto-Lei 3689/41, o signatário atualizou o valor apurado para a data-base de 1º de novembro de 2021. Para tanto foi utilizada a taxa SELIC, que resultou no valor de R\$ 2.257.682,08.*

IV.3.2 Exame dos Serviços Medidos (pagos)

Conforme já exposto anteriormente, os signatários não puderam realizar a vistoria pericial da obra do Hospital Regional de Toledo antes da nova intervenção destinada à sua conclusão, uma vez que não houve tempo hábil para análise completa da documentação, imprescindível para subsidiar os exames de campo. Para suplementar a ausência das informações que se perderam após a reforma de conclusão do Hospital, os signatários se valeram dos seguintes documentos:

a) Fotografias constantes dos relatórios de medição, decorrentes das vistorias do Ministério da Saúde realizadas nas datas de 19/11/2014 e 17/05/2016 (DOC 31 e 32), do relatório da Prefeitura Municipal elaborado em 08/11/2017 (DOC 08) e dos Autos do Processo 0013901-62.2018.8.16.0170 (DOC 10);

b) Vistoria cautelar realizada pelos Peritos Criminais Federais Giovanni Vilnei Rotta e Marcelo de Almeida Felipe na data de 19/12/2019;

c) Laudos periciais cíveis constantes dos Autos do Processo 0013901-62.2018.8.16.0170 (DOC 33 e 51);

d) Relatórios de vistoria para levantamento dos serviços a serem executados para conclusão da obra, contratados pela Prefeitura para subsidiar novo processo licitatório (DOC 19, 20, 21 e 22).

Em face destas condições, os signatários efetuaram o cruzamento das informações constantes nos documentos acima listados, buscando identificar eventuais serviços medidos (pagos) que porventura não foram executados. Nos cálculos para apurar o eventual superfaturamento por quantidade, serão considerados apenas os serviços cuja análise pelos signatários seja inequívoca.

Por sua vez, cabe destacar que o Laudo de perícia cível de autoria do Eng. Eletricista Vilmar Otávio Pizzato, além de ter sido elaborado com enfoque nos serviços medidos e executados, acha-se bem discriminado e ilustrado, o que permite, junto com as informações colhidas na vistoria cautelar, aprofundar as análises para fins de materialidade penal.

Os principais itens identificados pelos signatários, constantes das planilhas de medição, mas cuja execução não pode ser comprovada mediante exame dos documentos a), b), c) e d), são os seguintes:

i) Painéis solares: Em todos os documentos analisados, inclusive durante a vistoria cautelar, pode-se observar que os painéis solares (item 21.40) foram fornecidos, porém não foram instalados, apesar de terem sido pagos integralmente;

ii) Quadro de Proteção Geral: O laudo de perícia cível de autoria do Eng. Eletricista Vilmar Otávio Pizzato demonstra com fotos e croqui esquemático que o quadro de proteção geral TRI (itens 19.3.1 a 19.3.11) não foi executado;

iii) Ligação do Grupo Geradores (GMG) ao Quadro de Transferência Automática (QTA): Tanto durante a vistoria cautelar da perícia criminal, quanto na vistoria da perícia cível, foi constatado que os cabos de ligação entre os quadros de comando dos GMGs e o QTA (item 19.3.24) não foram instalados, haja vista a ausência de indícios de emprego de conectores nos respectivos barramentos;

iv) Leitos para cabos: Nas fotografias constantes do relatório da prefeitura notase apenas uma via de leitos para cabos (itens 19.6.25, 19.7.14 e 19.8.24), enquanto o projeto prevê três. Tal fato é corroborado no laudo pericial cível.

v) O Quadro da Lavanderia acha-se alimentado por apenas um cabo de 95 mm² por fase (item 19.9.20), enquanto no projeto e na planilha são considerados dois cabos por fase;

vi) Ausência de quatro painéis a serem instalados para montagem dos quadros de distribuição, sendo um no Andar Térreo, dois no Andar Superior e um no Andar Técnico (itens 19.6.1, 19.7.1 e 19.8.1);

vii) Ausência dos disjuntores reserva de 40A nos Quadros do Andar Térreo e Superior (itens 19.12.24 e 19.13.26);

viii) Não foram instaladas todas as luminárias do tipo 2 x 32W (itens 19.12.39, 19.13.39 e 19.14.9) previstas na planilha. Ademais, foi instalada uma luminária do tipo de sobrepor, enquanto o projeto previa luminária do tipo de embutir. Ainda, o projeto previa para cada luminária a instalação de duas lâmpadas, enquanto na obra se observou apenas uma lâmpada instalada por luminária;

ix) Não foram instaladas todas as luminárias do tipo 2 x 9W (itens 19.12.40 e 19.13.40) previstas na planilha. As lâmpadas instaladas nessas luminárias são de 9W/127V, enquanto a rede do Hospital é de 220/380V, ou seja, não atendem o especificado em projeto;

x) Não foram instalados todos os postes (instalaram 9) com luminárias em duas pétalas (item 19.10.8);

A partir das conclusões acima, foram calculados os valores equivalentes dos serviços que foram medidos e pagos, porém não foram prestados, adotando-se o mesmo preço de da planilha da empresa ENDEAL que corresponde ao preço unitário pago pela Prefeitura para cada serviço elencado. O resultado acha-se apresentado na Tabela 2

Tabela 2 – Cálculo do Superfaturamento por Quantidades

*Conforme detalhado na Tabela 2, os signatários chegaram ao valor de **R\$ 207.943,23** relativo ao superfaturamento devido a serviços não executados. Este valor foi calculado para a data-base de junho/2011. A título de informação, caso as autoridades competentes entendam aplicável o Art. 387, IV, do Decreto-Lei 3689/41, o signatário atualizou o valor apurado para a data-base de 1º de novembro de 2021. Para tanto foi utilizada a taxa SELIC, que resultou no valor de R\$ 490.092,34*

5) Analisando o oitavo aditivo, é possível observar, em despachos manuscritos (evento 3.54, eProc), que o **deferimento do reequilíbrio** foi firmado pelo Secretário de Administração **AMAURI VILMAR LINKE**, e faz referência a Parecer Jurídico, Parecer do Controle Interno, Parecer da Diretoria Técnica e e Parecer da Comissão [Provavelmente designados pela Portaria 277/2014: **JOSÉ CARLOS DE JESUS, NILSON LIBERTA e SÉRGIO GONÇALVES COSTA**]. O oitavo aditivo (ev 3.55) foi firmado por **DENISE HELENA SILVA LINS C DE MACEDO**

CAMPOS e LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT:

Ao
DEPTO DE LICITAÇÃO E
Contratos

Junta-se no processo.

Toledo 07/07/14

José Carlos de Jesus
Diretor Técnico do Departamento do
Hospital Regional - CREAMR 8552/10

EM CONFORMIDADE COM
OS PARECERES JURÍDICO E
DO CONTROLE INTERNO SOLI-
CITO A ELABORAÇÃO DE
PORTARIA Nº ANEXISTA A
PLANILHA DE RECOMPENSA

DA EQ. ECONÔMICO-FINANCEIRA
COM OS SEGUINTE MEMBRAS.

1. JOSÉ CARLOS DE JESUS;
2. NILTON LIBERATO;
3. SERGIO CONFREVES COSTA.

Atos - RETORNE.

07.05.2014.

Amami;

Amauri Vilmar Linke
Secretário de Administração

EM CONFORMIDADE COM
OS PARECERES:

01. PARECER JUNDIVO, (Fl.
1932);

02. PARECER DO CENTRO
(e INTERNO (VERSÃO DA
Fl. 1932);

03. PARECER DA DIRE-
TOR TÉCNICA (VERSÃO Fl. 1932)

04. PARECER DA COMISSÃO
(Fl. 1950).

DEFINIR O REEQUILÍBRIO
ECONÔMICO FINANCEIRO

NO VALOR DE R\$ 2.769.221,59
(Fl. 1936).

21.11.2014


Amauri Vilmar Linde
Secretário de Administração

4) Os autos o Inquérito instaurado na Comissão Parlamentar de Inquérito de Toledo/PR foram inseridos nos eventos 33 e 34 (autos completos) 35 (relatório final da CPI) e 36 (registros de áudios das sessões) do eProc.

Consta do relatório referência ao termo de recebimento definitivo da Obra:

se em 07/07/2016.

10) Termo de Recebimento Definitivo da Obra do Hospital Regional de Toledo

O **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA** relativo ao Contrato nº 360/2012 e Concorrência n 061/2012, foi emitido em 21 de junho de 2016, assinado pelo senhor **José Carlos de Jesus**, Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional; pela senhora **Denise Helena Silva Lins C. Macedo Campos**, Secretária de Saúde; senhor **Nalmir Fontana Feder**, Representante Legal da Contratada; e senhor **Luis Adalberto Belo Lunitti Pagnussati**, Prefeito do Município de Toledo.

11) Dos Laudos, Notificações e Habite-Se

Já às fls. 276, consta o ofício 1013/2016 do Prefeito do Município de Toledo, que encaminhou a esta Comissão documentos que constam às fls. 277 até 283, nas quais constam:

Notificação de irregularidade na ligação predial de esgoto – SANEPAR, datada de 21/06/2017, indicando oito situações irregulares e apontando as orientações para regularização;

RVE – Relatório de Vistoria em Estabelecimento, do Corpo de Bombeiros, indicando que sejam tomadas medidas de segurança contra incêndio e pânico, por não estarem de acordo com as normas, datado de 29 de maio de 2017;

Vistoria realizada pela Cavalari Engenharia Elétrica apontando 18 (dezoito) pontos que contrariam as normas da Concessionária e as NBR 5410 10039, datada de 02 de setembro de 2017;

Ofício OFHRG Nº 05/2016, de 14 de março de 2016, assinado pelo senhor **José Carlos de Jesus**, Diretor Técnico de Engenharia do Hospital Regional, solicitando o **HABITE-SE** "em caráter excepcional, sem a apresentação do laudo de vistoria da Sanepar". A justificativa apresentada no ofício mencionado afirma que "tal solicitação deve-se ao fato de que a SANEPAR só poderá realizar o seu laudo a partir do momento em que forem instalados alguns equipamentos complementares ao término da obra, que permitirão testar todas as instalações hidráulicas." (p. 284). A solicitação do Diretor Técnico de Engenharia do Hospital



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

EXMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO

Para uso exclusivo Aprovação de Projetos

Nº Guia Pagamento _____ Data Pagamento _____

Protocolo Nº _____

Data: ____/____/____

Responsável _____

PMT - Hospital Regional do Oeste do Paraná - 76.205.806/0001-88
(NOME DO REQUERENTE - conforme dados do alvará) (CPF)

RUA Avenida União, 368

QUADRA: LR LOTE: 55B CONTROLE OU CADASTRO MUNICIPAL Nº: 38769

TEM REQUERER:

- DEMOLIÇÃO - (ANEXAR CERTIDÃO NEGATIVA)
- RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - (ALVARÁ Nº/ANO: _____)
- HABITE-SE - (ALVARÁ Nº/ANO: 810/2013)
- VISTORIA PARCIAL
- VISTORIA TOTAL FONE: _____
- CERTIDÃO NEGATIVA

ESPÉCIE DA CONSTRUÇÃO: Alvenaria FINALIDADE CONSTRUÇÃO: Ser Público
(ALVENARIA/MACEIRA) (RESIDÊNCIA/COMÉRCIO)

Nº DE PAVIMENTOS: 2 METRAGEM: 8878,74 M² Nº UNIDADES: 1

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO.

TOLEDO 14 DE MEUÇOS DE 2016

ASSINATURA

Município de Toledo Estado do Paraná

Secretaria de Planejamento Estratégico

CARTA DE HABITAÇÃO

Nº 222/2016

Emitido em: 22/03/2016	Liberação: Total	CNPJ/CPF: 76.205.806/0001-88
Requerente: MUNICÍPIO DE TOLEDO		
Nome da Obra: PMT - HOSPITAL REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ		
Finalidade: SERVIÇO PÚBLICO	Área: 8878,7400 m2	Área Lib.: 8878,7400 m2
Espécie: ALVENARIA SIMPLES		Pavimento(s): 2
Tipo da construção: NOVA		Edificação nº: 1

Indicação Fiscal: 00.02.205.0012.0190.000	Controle: 38769
Proprietário (a): MUNICÍPIO DE TOLEDO	
Endereço: AVENIDA UNIAO, 0368, JARDIM COOPAGRO, CEP: 85902532	
Esquinas: RUA GUARANI	
Loteamento: SD. CHACARA	Quadra: 00LR Lote: 005-B

Processo nº: 9645/2016	Guia da Receita:
Nº Alvará: 810/2012	Data emissão Alvará: 26/08/2014

Projeto: MARILUZ GOMES ESTEVES	CAU / CREA: 5092
Execução: NALMIR FONTANA FEDER	CAU / CREA: PR-13055/D
Projeto de Habitação:	

Observações:

Toledo, 22 de Março de 2016

4ª via

PORTARIA N° 307, de 2 de outubro de 2015

Constitui Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução das obras do Hospital Regional de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea "c" do inciso II do caput do artigo 61 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída Comissão de Análise Técnica para verificar os serviços realizados e materiais empregados na execução das obras do Hospital Regional de Toledo, assim como para analisar a compatibilidade do pedido de Aditivo ao Contrato Administrativo nº 360/2012, celebrado no processo de licitação na modalidade de Concorrência nº 061/2011, composta pelos seguintes membros:

- I – Nilson Liberato, como Presidente;
- II – José Carlos de Jesus;
- III – Maurício Pozzolo Batista;
- IV – Fernando Hacker;
- V – Giani Goreti Boff Verdi;
- VI – Bernardete Schuh Mariano da Silva;
- VII – Norisvaldo Penteadó de Souza.

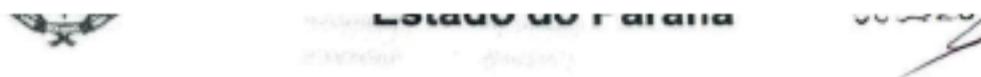
Parágrafo único – A Comissão de que trata o caput deste artigo terá o prazo até o dia 15 de outubro de 2015 para apresentar o relatório final de suas atividades.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 2 de outubro de 2015.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

AMAURI VILMAR LINKE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



PORTARIA Nº 338, de 27 de outubro de 2015

Constitui Comissão para apurar valores líquidos devidos à empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea "c" do inciso II do caput do artigo 61 da Lei Orgânica do Município,

considerando o Relatório de Verificação apresentado pela Comissão de Análise Técnica, constituída pela Portaria nº 307, de 2 de outubro de 2015, protocolizado na municipalidade sob nº 38.813, de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída Comissão para apurar os valores líquidos devidos à empresa executora das obras do Hospital Regional de Toledo, em razão de supressões e acréscimos detalhados no Relatório de Verificação apresentado pela Comissão de Análise Técnica, constituída pela Portaria nº 307, de 2 de outubro de 2015, protocolizado na municipalidade sob nº 38.813, de 15 de outubro de 2015, composta pelos seguintes membros:

- I – Nilson Liberato, como Presidente;
- II – Giani Goreti Boff Verdi;
- III – Bernardete Schuh Mariano da Silva;
- IV – José Carlos de Jesus;
- V – Milton Endler;
- VI – Roseli Fabris Dalla Costa.

Parágrafo único – A Comissão de que trata o caput deste artigo terá o prazo até o dia 5 de novembro de 2015 para apresentar o relatório de conclusão de suas atividades.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dentre as oitivas realizadas, pontuam-se as seguintes:

A) THIAGO DAROSS STEFANELLO

Aos 22 dias do mês de junho, às 14h02min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor **Thiago Daross Stefanello**, ex-Secretário de Saúde do Município de Toledo. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/Cnal1SeVq24>- 5a Reunião da CPI 2018 Hospital Regional 22.06.2018:

Ademar Dorfschmidt: Por que o senhor optou em abrir a sindicância em relação ao Hospital Regional?

Thiago: Salvo correção, o senhor se referiu a Auditoria. Foi uma determinação do Prefeito após visita in loco dos técnicos da EBSEPH que apontaram irregularidades/correções a serem feitas que, a priori, deveriam estar contempladas.

Ademar: Você acompanhou a equipe de transição do governo Beto e também do Prefeito Lucio?

Thiago: Não, não compus a equipe de transição.

Ademar: Acredito que várias Comissões foram compostas para acompanhar o Hospital Regional. Essas comissões foram compostas por quem?

Thiago: Não houve oficialmente equipes de comissões compostas. Logo quando assumimos a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária fizeram a primeira vistoria onde teve o primeiro Termo de Ocorrência. Depois, tivemos os acompanhamentos com a EBSEH. Onde Irene e eu compúnhamos. No caso, pessoas indicadas pela Administração.

Ademar: Você lembra a data?

Thiago: A primeira vistoria feita com a Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Habitação e Vigilância Sanitária, existe um documento oficial, que é um Termo de Ocorrência, salvo engano, final de fevereiro início de março. Depois, tivemos em agosto ou outubro outras tratativas com a EBSEH.

Ademar: Que ano?

Thiago: 2017.

Ademar: No Plano de Governo do Prefeito Lucio, qual era a data prevista para abertura do Hospital Regional?

Thiago: Salvo engano a data de abertura era no ano de 2017. Mas, quando assumimos o Hospital, em janeiro, era a ideia que o Hospital estava concluído. Porém não era verdade. O Hospital não tinha climatização e várias irregularidades como a Auditoria realizada apontou. É bastante simples. Pega-se o projeto que foi licitado - só existe um projeto que está licitado - e confronta. Diversas coisas pagas e que não estão no Hospital.

Ademar: Você pode citar algum exemplo?

Thiago: A central de gases, fios, disjuntores e lâmpadas. Está na Auditoria.

Ademar: Você tem conhecimento de algum roubo no Hospital Regional na sua gestão?

Thiago: Não. Nenhum documento oficial foi encaminhado à Secretaria de Saúde. Além de fios e outras coisas existe a parte de obra física. Aqui não tem como ser roubada. Dou o exemplo: foi pago a instalação das placas elétricas. As placas elétricas ainda estão todas encaixotadas. Não foram instaladas.

Ademar: O senhor quando recebeu isso. Não tem nenhum documento que diz que essas placas não poderiam ser instaladas naquele momento sob penas de estragarem por não estarem sendo usadas?

Thiago: Em posse da Secretaria de Saúde, não.

Ademar: Que mês foi a visita da EBSEH?

Thiago: Salvo engano, agosto ou outubro. Preciso confirmar. 29 e 30 de outubro de 2017. Missão técnica da equipe de técnicos da EBSEH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificação in loco das condições do Hospital Regional.

Ademar: O que os técnicos sinalizaram naquele momento?

Thiago: Existe um relatório de inúmeras páginas na Secretaria da Saúde, que a CPI deve solicitar e ter acesso lá a todos os dados. Lá está discriminado item por item da relatoria da EBSEH.

Ademar: O senhor acompanhou alguma visita da Universidade Federal no Hospital Regional?

Thiago: Com as pessoas da Universidade Federal, não. A única participação foi um evento que teve em agosto. Aonde pela primeira vez o Ministro da Saúde Ricardo Barros esteve em Toledo junto com o presidente da EBSEH e o professor Helton da Universidade Federal. Foi em 31 de agosto, quando a Universidade fez uma visita e eu estive presente.

Ademar: Quando ocorreu a audiência pública que ocorreu na prefeitura?

Thiago: Ela foi no dia 8 de fevereiro. E foi sobre o andamento do Hospital Regional. Uma prestação de contas e nunca uma audiência para dizer a abertura do hospital regional. **Ademar:** Há documento e depois contestaremos, pois, salvo engano seria primeiro de junho.

Thiago: Primeiro de julho. Ele está aqui, o todo do relatório que foi apresentado. Era uma prestação de contas e existe realmente uma data que seria primeiro de julho. Seria uma

tratativa junto com a HOESP para uma gestão municipal. O próprio Ministério Público fez chegar ao conhecimento da Prefeitura de Toledo a ordem de despejo da HOESP do Hospital Bom Jesus. Naquele momento o Município encerrou qualquer tratativa, haja visto que com uma ação de despejo não haveria possibilidades de ela estar fazendo parte do Hospital Regional. Também fomos alertados pelo MP das duas recomendações administrativas que existe da segunda e da quarta promotoria em relação a repasses do Município para o Hospital Bom Jesus. Então diante daquilo posterior a Audiência de prestação de contas o Município não deu andamento com a HOESP, cabendo, e sendo a única alternativa a abertura com a EBSEH. Não era um lançamento e sim uma previsão daquilo que estava sendo encaminhado.

Ademar: Por que só depois de quatorze meses foi feita auditoria para apurar irregularidades no HR?

Thiago: Ao assumir a gestão em janeiro a informação que foi nos dada era que o hospital estava pronto para uso. Só faltava a equipe da gestão. O que não era isso. Durante o ano de 2017, existe um relatório mês a mês aonde foram feitas as licitações. Foram mais de nove milhões adquiridos no ano de 2017. Iniciou-se as tratativas oficiais com a EBSEH e a Universidade Federal e o que levou a auditoria só acontecer tantos meses depois foi o seguinte: primeiro de tudo precisávamos fechar a gestão do Hospital Regional. Porque não adianta o Município reformar, investir no Hospital e depois vir a Universidade e dizer que quer diferente. Ou reforma e vem a EBSEH e fala que quer de outra forma. Ficar gastando dinheiro várias vezes para fazer a mesma coisa. Tanto que na minha gestão não gastamos um real no Hospital Regional porque nós tínhamos primeiro que fazer a gestão. Ter a equipe responsável. Estas tratativas começaram em junho. Teve a reunião, a visita do Ministro em agosto. A missão técnica em outubro e o relatório, o estudo de viabilidade, foi entregue no dia 6 de março de 2018. Só a partir daí, quando havia um estudo de viabilidade, de que a EBSEH assumiria, tivemos a necessidade de fazer uma auditoria. Por que como que o Município vai fazer uma reforma daquilo que já está pago ou daquilo que já deveria estar feito? Nós precisamos da auditoria para comprovar os pagamentos que agora serão efetuados porque tem coisas que serão pagas duas vezes. Exemplo: projeto licitado tem porta de um metro. Como está executado? Porta de oitenta centímetros. Como o Município justifica que vai quebrar aquela porta para adequar? Precisa de auditoria, a qual só foi possível de fazer após a entrega do relatório da EBSEH, dia 6 de março de 2018.

Ademar: Quem fez a vistoria do prédio foi a EBSEH, depois de quatorze meses e por isso se designou uma fiscalização do Hospital?

Thiago: Dia 7 de março de 2017 foi feita uma primeira vistoria. Secretaria de Planejamento, Secretaria de Habitação, Secretaria de Urbanismo e Vigilância Sanitária. Ali gerou um Termo de Ocorrência apontando irregularidades.

Ademar: Qual delas? O senhor tem as irregularidades que foram apontadas?

Thiago: A CPI deve solicitará Prefeitura o Termo de Ocorrência (2015.0974-001). Quais as irregularidades? Inexistência de central de gases, inexistência de climatização nas áreas críticas, problemas com Sanepar, Corpo de Bombeiros e outras. Dia 29 de maio o Corpo de Bombeiros faz a vistoria e emite o relatório de vistoria de estabelecimento 3.1.01.17.00103957521. O Corpo de Bombeiros aponta as irregularidades. Dia 21 de junho a Sanepar aponta as irregularidades. Notificação irregular na ligação predial de esgoto pela Sanepar apresentadas pelas irregularidades. Esse relatório da Sanepar eu lembro por auto que existem seis caixas de saída de esgoto pagas e somente uma foi encontrada. Comeste relatório foi notificada a empresa. A empresa veio e fez algumas destas adequações. No dia 7 de julho foi a reunião com a empresa Enddeal aonde foi entregue para ela todas essas irregularidades. Depois, no dia 31 de agosto, tivemos visita do Ministro, da EBSEH e da Universidade Federal do Paraná para alinhar

a gestão e saber quem faria gestão e como queria o Hospital para adequá-lo. Posteriormente, dia 5 de setembro, foi estabelecida Sindicância para apurar irregularidades do fiscal.

Ademar: O fiscal foi ouvido?

Thiago: Sim. O fiscal é o Jesus. Existe uma sindicância que virou um processo administrativo, salvo engano, ainda em andamento.

Thiago: Dia 4 de outubro, primeira reunião técnica em Brasília para discussão da gestão do Hospital Regional. 29 e 30 de outubro, missão técnica da EBSEH e do Ministério da Saúde em Toledo para verificar as condições e os problemas do hospital. Dia 8 de novembro, publicada portaria que designa a auditoria do hospital. Dia 15 de janeiro, reunião para definir também abertura. Dia 8 de fevereiro, audiência pública para prestação de contas para população com anúncios de possíveis datas de abertura. Dia 6 de março, entrega da versão final do estudo de viabilidade do Hospital Regional. Dia 20 de março, assinatura do protocolo de intenções, dizendo o que cada ente tem que fazer para o hospital entrar em funcionamento. Dia 13 de abril, entregue a auditoria e levada a conhecimento da população, além de notificada a empresa Enddeal para apresentar defesa e justificativa das irregularidades.

Ademar: O ex-Secretário diz que na gestão dele não houve investimento na obra física nem adequação da obra, entretanto com as auditorias e visitas apontando irregularidades, o senhor não acha estranho comprar dez milhões de materiais para ficarem parados perdendo prazo de garantia? Eu gostaria dos protocolos que foram feitos para a empresa Enddeal. E a compra de equipamentos?

Thiago: Quanto a compra de equipamentos precisamos chamar aqui o ex-Prefeito e a ex-Secretária para começar a responder pois são planos de trabalhos elaborados e assinados por eles aos quais demos sequência e eu faço um apontamento bastante importante que esse plano de trabalho previu a compra de um tomógrafo de um milhão e quinhentos reais. É a primeira coisa que está no plano de trabalho. Eu acho muito estranho começar a equipar por um tomógrafo, sendo que primeiro deveríamos comprar as macas, os banquinhos, os equipamentos para poder preencher o hospital e que também não correm risco de estragar e perder a garantia, mas infelizmente o tomógrafo já estava comprado. Ele tinha que ser entregue e nós tínhamos um plano de trabalho de dez milhões de trabalho realizado e assinado pela ex-administração. O tempo para adequar o hospital está sendo demorado e também a compra de material para fazer a gestão.

Ademar: Então o senhor não reviu o plano de trabalho e entendeu que deveria continuar comprando mesmo na irregularidade?

Thiago: Nos entendemos que os equipamentos deveriam ser comprados e as adequações continuarem sendo feitas, mas infelizmente o tempo para as adequações não ocorreram na mesma velocidade da compra dos equipamentos. Porém se você não compra os equipamentos como você abre o hospital? Os recursos estão disponíveis para o Município, entretanto se você não executa dentro das datas, do plano de trabalho, você perde os recursos. Seriam devolvidos para a governação do Estado e voltaríamos após um ou dois anos discutir compra de materiais para o hospital. Os equipamentos precisam ser armazenados para não serem estragados, porém vejo sim com grande preocupação um tomógrafo ser comprado por primeiro sendo que é um serviço que pode ser terceirizado na abertura do hospital.

Ademar: Tonsic, Engenheiro Civil da Prefeitura, fez parte da Comissão?

Thiago: Não lembro de cabeça os quatro que compuseram a comissão, mas me parece que o Tonsic foi um dos membros.

Ademar: Andre Luiz Refosco, é engenheiro?

Thiago: Não conheço pessoalmente

Ademar: Me parece que ele esteve junto da auditoria do hospital.

Thiago: Pode ser que esteve. Estou em Toledo a menos de três anos. Muitas pessoas se me falar o nome não vou conhecer. Posso até ver a pessoa e conhecer, mas pelo nome não conheço.

Ademar: O Andre Luiz Refosco sendo cargo em comissão e fazendo parte da Comissão. O senhor acha que é legítimo?

Thiago: Os cargos são indicados, salvo engano, pela Secretaria de Recursos Humanos ou pelo Prefeito. Não escolhi os nomes, então fico prejudicado em responder a sua pergunta.

Ademar: Eu tenho algumas reportagens para passar em relação ao Hospital Regional que trazem o cronograma de tudo isso que ouvimos agora. A maioria delas da Tarobá.

[REPORTAGENS TRANSMITIDAS NO MULTIMÍDIA]

Ademar: Primeiro vídeo Beto falando com Secretaria

b) ANDRÉ LUIZ FLORES REFOSCO

Aos 27 dias do mês de junho, às 9h05min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor **André Luiz Flores Refosco**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/Zn8M6HCWA> - 6a Reunião CPI Hospital Regional 27.06.2018:

Janice Salvador: Qual foi efetivamente a sua ligação com a obra do Hospital Regional? André Luiz Flores Refosco: A minha ligação com a obra do Hospital Regional se deu no período de outubro de 2014 a janeiro de 2016, como funcionário da empresa Endeal.

Janice: Houve uma Portaria de Nomeação de André Luiz Flores Refosco como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas em 18 de julho de 2017, bem como uma Portaria de Exoneração do Senhor referente ao mesmo cargo, datada em 31 de maio de 2018, verifica-se que o senhor atuou durante esse período como Diretor de Fiscalização de Obras Públicas junto à Secretaria de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Toledo. Então, no período de julho de 2017 a maio de 2018, houve alguma ação da sua parte em relação ao Hospital Regional.

André: Não, não participei de nada relativo ao Hospital Regional nesse período, uma vez que eu estava impedido, em virtude de um conflito de interesses.

Janice: No período em que o senhor atuou como funcionário da Endeal, tomou conhecimento de algum furto ou roubo que tenha havido no Hospital Regional?

André: Não.

Janice: E naquele período, você tem conhecimento se havia segurança ou guarda municipal no Hospital Regional?

André: Durante o período em que estive na Endeal, esta tinha contrato com uma empresa de monitoramento.

Gabriel Baierle: A Portaria de 05 de setembro de 2017, em que o Prefeito designou os membros que fariam parte dessa Auditoria não tem o seu nome, o Senhor não foi indicado. Contudo, algumas falas nesta CPI conduzem à suposição de que o Senhor teria participado dessa Auditoria. Portanto, o Senhor participou ou não dessa Auditoria?

André: Não, em nenhum momento eu participei de nada relativo ao Hospital Regional.

Walmor Lodi: No período em que o Senhor trabalhou na Prefeitura, não teve nenhum envolvimento com Hospital Regional?

André: Absolutamente nenhum.

c) JOÃO VIANEI CRESPIÃO.

Aos 4 dias do mês de julho, às 10h08min se apresentou para depor junto da CPI 001/2018, o Senhor Secretário de Segurança e Trânsito do Município de Toledo, **João Vianei Crespão**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, Parte 1: <https://youtu.be/qiGcprvVGpk>- Parte 2: <https://youtu.be/bbEvfCimH71> - 7' Reunião CPI Hospital Regional 04.07.2018:

Janice Salvador: Como foi e é feita a segurança no Hospital Regional?

João Vianei Crespão: A segurança é feita o dia todo, durante os sete dias da semana, sempre com um guarda municipal escalado no local, e desde o ano de 2016 até os dias atuais tem sido feita dessa forma a segurança do Hospital Regional.

Janice: Durante o período de exercício da segurança do local, o Senhor tomou conhecimento de alguma ocorrência que tenha sido identificada no prédio?

João: Sim, inclusive trago relato do livro de ocorrências da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que está em consonância com os dados da Central da Guarda Municipal, bem como com o livro de ocorrências do próprio Hospital Regional. Há, então, um registro do dia 07 de janeiro de 2018 no Hospital Regional, por volta das 05h20min, momento em que o guarda municipal Vilson ligou informando que alguns indivíduos entraram no estabelecimento e danificaram três extintores, e ao avistarem o GM correram, seguindo rumo ignorado. Há ainda outro registro, datado em 18 de agosto de 2016, no turno das 12h00min as 18h00min, no qual o guarda municipal Evaldo Mensch relatou que, por volta das 14h30min, dois funcionários da empresa Endeal Construtora adentraram no Hospital Regional para finalizar reparo em um encanamento que havia sido danificado, com a reativação da água verificou em rondas pelo hospital e após o conserto ficou na entrada a espera da saída dos mesmos. Em razão da demora na saída, o GM foi procurar os funcionários, que já não estavam no local, e em buscas encontrou os dois dentro do elevador de manutenção retirando fios e soltando-os no túnel, neste momento o GM ligou para a Central para relatar suas suspeitas. Ato contínuo, um dos funcionários foi até a entrada, pegou a camionete da empresa e se deslocou até o gerador, onde iniciou o carregamento dos fios até a camionete e seguiram em sentido ao Coopagro. Com a chegada da viatura, os GM's seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GM's Pelicioli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior. Na data da primeira ocorrência eu estava afastado, em função do pleito eleitoral. Sabe-se que o prédio do Hospital é grande, e que é complicado para uma pessoa só fazer toda a segurança, mas não está relatado quem autorizou a entrada desses funcionários para que fizessem a manutenção do encanamento.

O procedimento adotado desde que assumi a Secretaria é de que só será permitido que alguém adentre ao local desde que devidamente autorizado pelo responsável da Secretaria de Saúde, Secretário de Segurança ou do Diretor, em virtude dos altos valores dos equipamentos ali alocados. O que entra e sai do local só será feito mediante permissão da Secretaria de Saúde, responsável pelo prédio.

Janice: Portanto, não há identificação dos funcionários que adentraram no prédio?

João: Não, só há a informação de que são funcionários da empresa Endeal Construtora. Também não foi relatado quem é o engenheiro responsável que foi chamado/comunicado na data da ocorrência.

Janice: O Senhor tem conhecimento se há outra forma de registro que relate essa ocorrência?

João: Não, eu desconheço. E a orientação que sempre é feita quando se tem

alguma alteração em algum posto, é que seja feito contato com o responsável pelo local, para que o mesmo seja cientificado de tudo que ocorreu e faça o Boletim de Ocorrência. Não posso afirmar, com relação ao relato do dia 18 de agosto de 2016 se foi feito o B.O., bem como se o engenheiro responsável era da Endeal ou da Prefeitura. Quanto ao relato do dia 07 de janeiro de 2018, após ter tomado o conhecimento dos danos aos extintores, eu estive no local, tirei algumas fotos e encaminhei para o Secretário de Saúde da época. O que nós fizemos foi relatar o dano, agora se o B.O. foi feito, cabe ao responsável pelo próprio municipal fazer esse registro e não à guarda municipal, de modo que compete à guarda somente relatar a ocorrência às autoridades competentes.

Janice: Ainda com relação ao episódio do dia 18 de agosto de 2016, há alguma indicação/registro/informação de falta ou de retirada de mais alguma coisa daquele local?

João: Não, o que posso relatar é o que consta no Livro de Ocorrências, que eu li anteriormente, da retirada dos fios, sem quaisquer especificações com relação aos fios ao modo como foi realizada a retirada. Acredito que quem tenha essa informação é o antigo Secretário de Saúde, que saberá dizer se foi feito o B.O., e as medidas tomadas na época do fato. Com relação ao segundo fato, eu estive junto com a Diretora no local, pude observar que os extintores foram danificados, visto que os extintores estavam todos esparramados e tinha uma grande quantidade de poeira atrás do hospital, e também tinha um pequeno dano na porta, porque eles a forçaram para entrar. Então eu fotografei, registrei e encaminhei para o Secretário de Saúde da época, a fim de comunicar o fato, e os guardas permaneceram fazendo a segurança do local. Se na anterior ocorrência foi feita essa comunicação, não posso informar, porque eu não era secretário da época e porque não há registros quanto a isso no Livro.

Antonio Zóio: A comunicação do Secretário de Saúde acerca dessa última ocorrência, feita pelo senhor, foi feita por qual meio?

João: Foi feita por meio de mensagens por meio do aplicativo Whatsapp, após a realização das fotografias, encaminhei de imediato estas ao secretário e informei a ocorrência e pedi que este comunicasse o funcionário responsável pelo local, mas não posso dizer quais medidas administrativas que o mesmo tomou.

Zóio: O senhor sabe me dizer quais foram as autoridades que tiveram conhecimento dessa ocorrência de agosto?

João: Conforme informações do Livro de Registros, visto que, conforme dito anteriormente, eu estava afastado na época, quem esteve no local foi o Secretário Bayer, o coordenador Padilha e os GM's Pelicioli e Da Silva.

Zóio: E com relação à segunda ocorrência, quais foram as autoridades que acompanharam?

João: Eu e a Diretora Galbiati.

Zóio: E quem foi o agente que estava no local e relatou o ocorrido?

João: Quem relatou foi o GM Vilson. Não tenho, contudo, a informação de quem era o GM que estava no local no período das 06h00min as 12h00min, mas quem relatou o ocorrido, às 05h20min, foi o GM Vilson. Contudo, quem nos franqueou a entrada ao Hospital foi o GM do turno seguinte, cujo nome não me recordo.

Gabriel Baierle: Qual é o dever da Guarda Municipal no momento em que os funcionários da Endeal adentraram ao ferro velho com a camionete e os fios retirados do Hospital? E qual foi a postura adotada pelos GMS naquela ocasião?

João: Nessa situação, como o veículo estava dentro do próprio municipal, causando dano ao patrimônio público, é nossa obrigação a proteção deste. De acordo com o relato, o GM encontrou o veículo no ferro velho, mas sem o produto do furto. Poderia o GM ter tomado a iniciativa de ter contactado, como consta que foi contactado o engenheiro responsável, que registraria o B.O., e, então a polícia judiciária tomaria as medidas necessárias, com base

nas informações repassadas. Todavia, se isso foi feito, não posso afirmar, porque são informações que competem aos envolvidos dispor.

Gabriel: Então no relato contido no Livro de Ocorrências não há informação de que o GM teria abordado os funcionários no ferro velho, tampouco de que teria comunicado a Polícia Militar? O senhor pode reler essa parte do relato?

João: O que consta no relato é que com a chegada da viatura, os GM's seguiram em sentido ao ferro velho, onde encontraram os funcionários saindo com a camionete da empresa vazia. Após, foi chamado o engenheiro responsável pela empresa, que foi questionado acerca idoneidade dos funcionários, ao que este informou que os mesmos estavam há muito tempo na empresa e que eram de confiança. Esse relato foi feito na presença do Secretário Bayer, do coordenador Padilha e dos GM's Pelicioli e Da Silva. Ato contínuo, o GM Mensch, o Secretário Bayer e o engenheiro foram juntos ao Senai conversar com os funcionários e fazer acareação posterior. Ou seja, poderia ter sido comunicado o responsável pelo Hospital para que fosse registrado o B.O., não sei dizer se não foi feito, para que então a polícia judiciária procedesse às diligências, visto que ao constatar que o veículo estava saindo, a guarda municipal não teria competência para adentrar na camionete e realizar qualquer espécie de busca.

Ademar Dorfschmidt: No dia 07 de janeiro de 2018 o senhor enviou mensagens, via Whatsapp, ao secretário de saúde comunicando o arrombamento da porta?

João: Sim, eu estive no Hospital Regional e encaminhei.

Ademar: Pelo que o senhor relatou anteriormente, não foi feito nenhum B.O. no período em que o senhor atuou como secretário?

João: Não, no meu período nós não fizemos nenhum B.O.

Ademar: Será que não se deve tomar uma providência maior com relação à segurança do prédio do Hospital Regional até que o mesmo seja entregue, por exemplo, com a contratação de uma empresa terceirizada, para que realize a segurança do local?

João: Com relação à contratação de empresa de segurança, terceirizada ou não, trata-se de ato administrativo, que deve ser discutido com a própria Secretaria de Saúde. Quanto à segurança do prédio, desde a gestão passada, quando o prédio foi entregue ao município, a Guarda Municipal passou a realizar a segurança do mesmo, sempre com um GM escalado no local por turno. É um prédio grande sim, mas como lhe disse, rondas internas no prédio são difíceis. Mas tem que se pensar que o prédio está fechado, e o GM tem que cuidar para que ninguém adentre no local.

Ademar: O senhor acredita que deveria ter sido feito o B.O. em ambas as situações, ou só o registro interno é suficiente?

João: Para a Secretaria de Segurança e Trânsito o registro no livro de ocorrências é suficiente fazer esse registro, e comunicar a autoridade responsável pelo local. No que tange à situação do furto do fio, o GM fez o seu papel, e o ato de registrar o B.O. é discricionário e cabe ao responsável decidir se registrará ou não.

d) DENILE LIELL

Aos 4 dias do mês de julho, se apresentou para depor a segunda convocada junto da CPI 001/2018, a Senhora Secretária de Saúde do Município de Toledo, **Denise Liell**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://voutu.be/bbEvfCimH7I>

Janice Salvador: Gostaria que a Sra. falasse um pouco sobre aquele processo inicial, processo dos projetos, processo licitatório, como isso se deu, se a Sra. recorda a época de início da obra, mais ou menos o período em que se deu o início a obra do Hospital Regional.

Denise Liell: De fato eu estava gestora do Município de Toledo em 2010, 2011 e

estou agora novamente nesta condição a aproximadamente vinte dias e com esta responsabilidade de abrir o Hospital Regional e assim faze-lo funcionar, seja no âmbito de regional como assim deseja a nossa comunidade. Eu assumi a secretaria na metade de 2008, e esse processo já vinha anteriormente à esta data, inicialmente com aquela discussão de existir ou não um Hospital Regional na cidade de Toledo, iniciou lá em 2002 quando havia uma discussão de se instalarem Hospitais Regionais em diversas cidades do Paraná, essa discussão não avançou muito e ficou parada, nessa época eu era uma técnica da Secretaria de Saúde, no final de 2009, meados de 2010 retomou-se a discussão para retomar a construção do Hospital Regional. **Existia um projeto arquitetônico já elaborado com todos os projetos adicionais que precisavam ser atualizados**, neste período nós solicitamos uma **atualização dos projetos** para enfim licitar a obra. Esse processo aconteceu aproximadamente na metade de 2010, que foi a licitação dos projetos arquitetônicos, por uma empresa especializada na área hospitalar, então a gente buscou um serviço que tivesse essa habilitação, para que os projetos atendessem as normativas, normativas da época, **visto que o primeiro projeto era de 2002 e precisava de uma atualização**, por fim, superada essa fase da empresa que fez a atualização dos projetos, foi licitada a construção do hospital, então houve o processo licitatório normal, a empresa Endeal que foi a vencedora, e ela deu **início então a essa obra em 2012**.

Janice: A Sra. conhece se nesse período do início da obra até o término se houve momentos de paralização da obra, se houve novo processo licitatório, enfim, se houve alguma dificuldade em relação a consecução do projeto licitado?

Denise: No ano que eu estive frente a secretaria, que foi 2011 a gente cuidou da parte burocrática, a **assinatura do contrato para o início da obra na verdade ocorreu no final da minha gestão**, depois disso eu deixei a Secretaria Municipal de Saúde e não mais atuei a frente da mesma, neste ano, depois de licitada, **no ano de 2012 a empresa desenvolveu em torno de 20% à 30% da obra, a execução física** da mesma, depois, eu enquanto técnica da Secretaria de Saúde, a gente estava sempre participando das discussões, mas não me recordo assim de uma paralização da obra, não posso afirmar com certeza, mas eu acho que não teve.

Janice: Mais ou menos, qual percentual da obra foi executado até o ano de 2012?

Denise: Nesse período da assinatura que se deu praticamente ao término da minha gestão, ai assumiu outro gestor, até o final de 2012, em torno de 20% à 30% da obra.

Ademar Dorfschmidt: Na fala que a Sra. disse aqui pra comissão, diz que foi executada parte da obra, 20% à 30%, para que se tone mais claro, de que forma ficou esta obra física, ela chegou a ser edificada até o telhado ou o que? A Sra. lembra mais ou menos?

Denise: Eu lembro que tinha construção de paredes, mas eu não consigo pensar assim, de qual bloco, porque eu não acompanhei mais, não estava mais à frente a secretaria.

e) SILMARA FRANCHER

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor a primeira convocada junto da CPI 001/2018, a Senhora **Silmara Fancher**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/19kdrR7R9vo> Ademar Dorfschmidt: Todas as informações em relação à auditoria foram repassadas para a empresa?

Silmara Fancher: Sim, foram repassadas.

Ademar: Houve a auditoria, nesta auditoria foram apontadas algumas supostas irregularidades, a empresa foi notificada em que período destas irregularidades?

Silmara: Fomos notificados à 60 dias, mais ou menos.

Ademar: E antes deste período não houve notificação?

Silmara: Antes não. Entregamos a obra há uns três anos, mais ou menos, e entregamos toda documentação, inclusive, tem CND, termo de recebimento definitivo da obra, não tínhamos conhecimento de nenhum trabalho ou algo que tivesse ficado por executar.

Ademar: Foi relatado por algumas pessoas que inclusive já estiveram aqui que a empresa foi notificada logo no início, e a Sra. diz que foi com aproximadamente 60 dias. A título de curiosidade, quais foram algumas obras importantes que a Sra. podia estar relatando que foram feitas pela empresa ENDEL?

Silmara: Nós estamos com 90% do Hospital Regional de Guarapuava, temos o Instituto Federal de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Minas Gerais em Araxá, Tribunal de Justiça de Baurú, Tribunal de Justiça de São José dos Campos, várias obras em Santa Catarina, sambódromos, escolas, museus, teatros, mercado municipal de Curitiba, Centro de Designer de Curitiba, Penitenciárias, Receita Federal de Joinville, algumas delas que me recordo.

Ademar: A partir do momento que a Empresa foi notificada, esta se propôs a regularizar e sanar as irregularidades?

Silmara: A nossa empresa esteve acompanhada do Corpo Técnico, e do Diretor Técnico, de um dos sócios da Empresa, o Engenheiro Nalmir, esteve visitando a obra, e entrando em contato com a prefeitura para verificar possíveis pendências sim, apesar de ainda termos a garantia de execução em si.

Ademar: Isso foi recente? Recordar-se mais ou menos em que mês?

Silmara: Em torno de 50 dias, 10 à 15 dias após o recebimento da correspondência nós estivemos aqui.

Ademar: Então se houver alguma irregularidade por parte da construtora ela se propõe a adequar o projeto?

Silmara: Sim.

Janice Salvador: Qual a sua ligação com a empresa, quanto tempo de atuação, e a relação efetivamente que tem com o hospital regional?

Silmara: Sou sócia administradora da Endeal Engenharia desde 1999, sou diretora administrativa, minha função na empresa é a parte jurídica, contábil, fiscal, RH, não faço parte do corpo técnico da parte de engenharia.

Janice: A Sra. citou que até 60 dias não havia ocorrido nenhuma manifestação administrativa das possíveis irregularidades da obra. No entanto, consta no processo uma resposta a uma ocorrência 2015.0974/001 assinada pelo Sr. Nalmir Fontana Feder discorrendo sobre apontamentos feitos neste termo de ocorrência, e na resposta há apontamentos acerca de cada uma das irregularidades, a correspondência é de São José dos Pinhais, 10 de maio de 2017, nesta pede a regularização da obra, serviços e outras solicitações, qual conhecimento que a Sra. tem deste termo de ocorrência, que serviços seriam esses?

Silmara: Serviços não tenho conhecimento, pois não sou da parte técnica. Eu tenho conhecimento da parte jurídica que nós encaminhamos vários pedidos de serviços que foram executados e que nós não recebemos, inclusive, temos um saldo contratual para receber, não recebemos o reajuste contratual desses 4 anos, e vários serviços que foram necessários durante toda execução do contrato que nós protocolamos, não recebemos resposta, mas executamos da mesma forma e não tivemos efetivamente o recebimento desses serviços.

Janice: Mas a Sra. conhece o teor deste termo de ocorrência e a resposta deste?

Silmara: Foi feito um recebimento provisório em 2015 quando são apontados os serviços necessários ou algum reparo para entrega definitiva da obra que ocorreria após a visita do Ministério da Saúde, arquitetos e profissionais designados pra fazer a vistoria

no Hospital. Então, após esta vistoria, houve uma série de detalhes e serviços que deveriam ser feitos, fizemos, e obtivemos no final de 2015, 2016 o termo definitivo de recebimento da obra, e apresentamos a CND em seguida, pois só conseguimos fazer a baixa dessa matrícula e entregar o CND após o termo de recebimento definitivo.

Janice: A Sra. conhece a existência de algum furto no hospital no momento de execução da obra ou mesmo após a entrega da obra?

Silmara: Entre o termo provisório e o termo definitivo houve o furto de alguns cabos, em torno de quinze mil à vinte mil, e nossa empresa fez a recolocação desses cabos pra poder fazer a entrega da obra.

Ademar: Como eram feitas as tratativas da empresa com o gestor que iniciou a obra, o Prefeito Schiavinato?

Silmara: Nós tivemos pouquíssimo contato com ele, logo em seguida houve uma nova gestão. No início da obra tivemos vários problemas, pois fomos contratados pra executar os serviços e os projetos iniciais foram nos fornecidos de uma maneira errônea, recebemos apenas em 2013, quando tivemos acesso a documentação que seria efetivamente a obra executada corretamente. Não tivemos contato com ele.

Ademar: Nesse caso, o projeto executado foi o projeto licitado?

Silmara: Eu acredito que não, o projeto executado foi diferente do executado, porque nós recebemos os projetos definitivos em 2013, após a licitação e quando estávamos já no início do serviço. Tivemos vários problemas com relação aos projetos.

Ademar: Então houve um outro projeto?

Silmara: Houve outro projeto.

Ademar: Em qual gestão foi feita essa alteração de projeto?

Silmara: Foi no ano de 2013.

Ademar: O engenheiro que fez a sindicância era cargo de comissão da atual gestão?

Silmara: Não tenho conhecimento.

f) NALMIR FONTANA FEDER

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o segundo convocado junto da CPI 001/2018, o Senhor **Nalmir Fontana Feder**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/19kdrR7R9vo>

Ademar Dorfschmidt: Os projetos que foram entregues à Empresa, no ato do edital, quais seriam, haviam compatibilização entre todos esses? Explique.

Nalmir Fontana Feder: Nós recebemos todos os projetos da licitação, como qualquer outra empresa recebeu. Todos os projetos que recebemos estavam errados, alguns eram de 2002, a licitação foi em 2012, e começamos a obra, passaram-se três meses, fiscal notou que o arquitetônico trabalhado não era o mesmo da obra, pegamos locação da obra já com o projeto antigo, tivemos que refazer tudo novamente. Começamos a fazer e vimos que os outros projetos complementares da licitação não tinham nada a ver com o arquitetônico que nós recebemos três meses depois da licitação. Nenhum dos projetos compatibilizava com o arquitetônico. Todos os projetos estavam errados. Aconteceu isso porque na pressa da gestão, eu estou aqui na terceira gestão municipal, eu comecei na gestão de um prefeito anterior que queria a obra no prazo pra ele inaugurar, talvez esse tenha sido o grande problema dessa obra, queria inaugurar a obra com os projetos errados. E como o arquitetônico é o pai de todos os projetos, ele foi feito, e contrataram junto todos os complementares, e nesse interim, antes da licitação, a gente descobriu depois, o arquitetônico foi pra ANVISA e a ANVISA obrigou a mudar várias coisas no arquitetônico, só que os projetos que a prefeitura já havia contratado estavam todos em cima do projeto arquitetônico de 2002, nada batia com nada. Ai começamos nós a fazer projetos, fomos atrás do calculista, dissemos que projeto estava errado, o calculista aqui da cidade,

inclusive, sobrinho do gestor, falou: "olha, eu não vou fazer projeto de novo, porque eu não vou receber pra isso". Quem fez projeto estrutural adaptando ao novo arquitetônico fomos nós. A fundação não batia, tinha que mudar o tipo de fundação, e se isso aconteceu com o estrutural e o arquitetônico que são os dois principais, imagine o que aconteceu com o elétrico, hidráulico, bombeiro, uma "zona".

Ademar: Qual era o nome do gestor?

Nalmir: Schiavinatto.

Ademar: O sobrinho dele?

Nalmir: Schiavinatto também.

Ademar: Ele fez o que?

Nalmir: Só o estrutural, os outros foram outras pessoas. O elétrico dessa obra, foi feito, eu trouxe aqui um resumo pra dar pra vocês, vão ver que o projeto elétrico dessa obra foi feito em 2002, 2010, 2011, 2012. E vou dar também pra vocês as principais correspondências desde o início da obra, onde pedimos, em 2012 que fosse aprovado projeto elétrico da obra pela Copel, que nos fosse fornecido o projeto aprovado pelo corpo de bombeiros, nunca nos foi fornecido isso. Nós resolvemos como corpo de bombeiros porque nós fomos atrás. Única coisa nessa obra que não aconteceu foi a ligação definitiva de energia, porque não tem projeto aprovado na Copel, simplesmente por isso. Temos também laudo do Ministério da Saúde que acompanhou a obra, a verba é federal, a verba do Ministério da Saúde, que veio pra cá várias vezes, com departamentos de engenheiros, arquitetos, na época. Eu até trouxe fotos pra vocês aqui pra verem como nós entregamos a obra. A obra foi elogiada pelo ministério da saúde, que fez vários hospitais no Brasil, no mesmo padrão. A nossa foi avaliada como uma das mais bem feitas, pelo Ministério da Saúde, a obra foi acompanhada pelo TCU, porque a verba é federal. Então nós nunca tivemos nenhum problema nessa obra, o problema dessa obra é o abandono dela nos últimos três anos, esse é o problema, porque a prefeitura nunca assumiu essa obra ou começou a mexer nela. O elevador dessa obra foi entregue em agosto do 2013, e em 2013 já estavam instalados, então fazem cinco anos que foram instalados os elevadores nessa obra. Em dezembro de 2014, essa obra estava 96% executada, ela só foi entregue no começo de 2016 por causa da CND, e por conta da prefeitura, já na segunda gestão, que também, infelizmente nunca tivemos bom contato com ninguém.

Ademar: Como foi resolvida a questão de compatibilização dos projetos com esse que foi entregue de forma irregular?

Nalmir: Como os projetos estavam todos errados e recebemos três meses depois de começada a obra o arquitetônico, que foi o que nós levamos até o final da obra, todos os outros projetos estavam errados, nós fomos trabalhando e fomos adaptando, projeto estrutural nós fizemos e mandamos pra vocês, foi feita uma comissão na época. Tudo que foi aprovado foi feito comissão, tanto na primeira quanto na segunda gestão. Houveram três fiscais de engenheiros nessa obra. Com tantos erros, o primeiro gestor mandou refazer todos os projetos, como ele fez isso eu não sei. Em janeiro, fevereiro de 2013, depois de um ano que nós começamos a obra nós recebemos os projetos novos, só que ainda recebemos projetos que continuavam errados, mas recebemos todo um novo jogo de projetos, quem fez, quem pagou, isso eu não sei.

Ademar: Após tudo isso houve uma revisão da planilha orçamentária por parte da prefeitura e a empresa?

Nalmir: Não, não houve. Lógico que quando você tem todos projetos diferentes a planilha fica ridícula. Ao longo do tempo, com a fiscalização foram feitos dois aditivos de serviço onde foi se adaptando, inclusive, temos um saldo contratual para receber da prefeitura do contrato original, em torno de cinquenta mil, nós temos três aditivos protocolados porque fizemos vários outros serviços que foram trocados para solucionar futuros problemas e a prefeitura nunca nos pagou ou se posicionou.

Ademar: Por que o sobrinho do Schiavinatto não quis refazer o projeto?

Nalmir: Eu só fui contratado pra executar a obra, não tenho condições de responder.

Nosso negócio é executar a obra e não o projeto.

Ademar: Quantos fiscais acompanharam essa obra?

Nalmir: Foram três fiscais que a prefeitura teve ao longo do período de 2012 à 2015 quando a gente terminou a obra.

Ademar: Você se recorda o nome?

Nalmir: Nos papéis que vou dar pra vocês tem o nome dos três, o que ficou mais foi o Jesus. Teve um que ficou no começo e acho que acompanhou o primeiro ano, esse Jesus ficou um período, aí veio outro engenheiro fiscal da prefeitura, depois voltou o Jesus.

Ademar: Nesse período houve o acompanhamento da obra por parte da equipe do Ministério da Saúde, correto?

Nalmir: Sempre, pra você ter uma ideia a obra de vocês está com 206m2 maior do que foi contratado, quem levantou essa diferença a mais do que foi contratado, foi o Ministério da Saúde. Uma das vezes que eu estava aqui, eles ficaram oito dias, três engenheiros, dois arquitetos, vendo tudo. Eles quem mediram toda a obra, a obra já estava quase pronta, e chegaram à conclusão que a obra tem 206m2 a mais do que a licitada.

Ademar: Significa que saíram daqui contentes?

Nalmir: Documentaram isso. Isso aí vocês podem consultar o Ministério da Saúde, o departamento técnico deles que esteve aqui várias vezes, que foi considerado à época o melhor hospital de todos que eles estavam fazendo com verba da saúde.

Ademar: Segundo relato do Ministério da Saúde, esse hospital seria o melhor a ser executado?

Nalmir: O mais bem acabado na época. Eu trouxe fotos pra vocês verem como era o hospital à três anos e meio atrás e como está hoje. Nós ficamos aqui com o corpo técnico uma semana, levantamos cabos que roubaram, tem PCC pintado lá dentro, um absurdo.

Ademar: Nós, vereadores, fizemos uma visita recente, comparamos o antes e depois, e de certo, saímos decepcionados de lá.

Nalmir: Existe uma ala lá, nós estivemos com o nosso pessoal, engenheiros nossos, levantando tudo depois disso tudo, pra nós é uma piada o que está acontecendo, mas temos que responder. Existe vários setores lá em baixo, onde uma senhora que nos acompanhou do Ministério da Saúde, que tem as chaves do hospital. Nós entramos lá em baixo, está tudo trancado, tá igual quando nós entregamos, tem lugares que estão iguaizinhos. Vários setores que ficaram bem trancados estão com tudo funcionando.

Ademar: Na sua fala pode-se entender que alguns espaços foram modificados voluntariamente?

Nalmir: Não, eu não diria nada voluntariamente.

Ademar: Ou de forma involuntária?

Nalmir: Não sei, onde está trancado está espetacular.

Ademar: Algo que chama atenção no rol de entrada, por que não foi feita a ligação da energia elétrica?

Nalmir: Não foi feita porque foram vários projetos e nunca nos foi fornecido um projeto aprovado na Cocei. Quando você quer ligar a energia você tem que ter um projeto aprovado. Nós tentamos fazer a ligação de energia na época, uma coisa que eu me arrependo, nós chamamos um técnico da Copel que foi lá, chama-se Volnei, e eu me arrependo de não ter pago seis mil que foi pedido para alterar pecinhas que foram mudadas no decorrer de dois anos, pois por se tratar de obra pública e a burocracia ser muito grande, demora mais que dois anos. Isso é uma obra de se fazer em um ano e meio, dois anos. Ficamos quatro anos aqui. Pela burocracia. Esse Sr. Volnei, fez um levantamento, eu tenho um laudo dele aqui, ele me falou que poderia funcionar

a entrada de energia sendo feitas as mudanças por seis mil, só que nós como já tínhamos um crédito muito grande com a prefeitura não quisemos pagar isso. Mandeí pra prefeitura a situação, disse que não colocaria dinheiro nosso pois já deviam muito pra nós, como devem até hoje, e ficou por isso, não foi ligada a energia.

Ademar: A empresa tem créditos com a prefeitura hoje ainda?

Nalmir: Temos, só do saldo contratual nós temos cinquenta e um. Nós temos trezentos e poucos mil reais de serviços extras que nós fizemos e tudo que nós protocolamos, não fomos respondidos, nós temos leis sociais complementares que também nunca nos foram pagas, nós cobramos, temos o custo administrativo local. Não fomos respondidos e ficou por isso mesmo. Pretendemos mais tarde cobrar. Vamos tentar resolver isso aqui, inclusive conversamos com o novo Secretário de Planejamento, Moacir, falei: "Moacir, você quer colocar para funcionar esse hospital?" ou você quer arranjar uma desculpa política porque vocês não tem condições de fazer o hospital pra funcionar, que é o que eu sinto. Já fizemos vários hospitais, a obra civil é a parte mais barata de um hospital, vem os equipamentos e são caros, e a manutenção de um hospital não é pra qualquer município. O que eu sinto aqui é uma jogada política, impotente pra colocar um hospital pra funcionar, está arrumando desculpas porque não tem como fazer funcionar. O município tem dinheiro pra bancar isso? E politicamente estão fazendo isso com a gente.

Ademar: O Sr. teve acesso a documentação da auditoria que foi feita?

Nalmir: Mandaram pra nós.

Ademar: O que o Sr. me fala do laudo da auditoria que foi feito em relação ao Hospital Regional de Toledo?

Nalmir: Eu sugeri até quando falei com o secretário atual, Moacir, nós temos um lado social, temos trinta e cinco anos de construtora, e temos nome a zelar, nunca passamos por isso que estamos passando hoje, temos muitas obras. Eu fiquei muito nervoso depois que respondi esse parecer deles, tem um engenheiro recém formado, eletricista, que chegou a dizer que nós não tínhamos colocado os cabos na obra. Foi o que falei pra Moacir, se quiser colocar a obra pra funcionar, eu faço um TAC com você, só que quero que o Ministério Público assine junto. A gente ajusta e faz algumas coisas pra vocês, saem mais barato que ficar em processo jurídico, viajando pra lá e pra cá. Eu faço um termo de ajuste e a gente faz certas coisas pra vocês, vocês arrumam essa parte elétrica, que agora fizeram um novo projeto elétrico no ano de 2018, por coincidência o mesmo projetista fazendo o quarto projeto, problema da prefeitura e não nosso. A gente faz o TAC e arruma ali alguma coisinha necessária. Falei pra ele, quer que funcione, nós somos parceiros, agora, quer vir com jogada política, não dá pra ficarmos brincando. Nos posicionamos até parceiros da prefeitura pra fazer funcionar, essa é a nossa posição.

Ademar: Sobre o assunto do gerador, o que pode dizer sobre?

Nalmir: Tinham dois geradores de 1000 KVA cada um, na época, como tinha pressa, porque ainda queria-se inaugurar a obra, não tinha pronta entrega, porque não é assim, sugerimos ao projetista que colocasse três de 750 KVA que tinha pronta entrega. Também foi visto para esse hospital que um de 750 KVA era suficiente, ou seja, geraria economia, faria o revezamento conforme necessidade. Foi consultado o projetista, foi dado por escrito que poderia trocar, porque só tem a ganhar com isso. Só que existe uma garantia sobre isso, ali você tem um motor diesel, se fica um ano parado, tem que trocar todo ele novo, nós consultamos o fornecedor, vinte, trinta mil reais ele coloca para funcionar.

Ademar: Por que não foram instaladas as placas solares?

Nalmir: As placas solares não foram instaladas, isso está num aditivo de acréscimo e supressão, foram suprimidos a mão de obra de instalação, dez mil reais, apesar de deverem mais de trezentos mil pra nós, que graças a Deus não foram instaladas

porque alguém da prefeitura alertou que se colocassem as placas, em seis meses não teria mais nada. Estão todas guardadas em cima da laje, foi suprimido em documento protocolado pra vocês, na época de 2015. Estão todas guardadas, é só fixar em cima e fazer a ligação, só. Se tivessem colocado hoje não teria mais nada.

Ademar: O Ministério da Saúde aprovou a alteração se tratando dos geradores?

Nalmir: O Ministério da Saúde só elogiou a obra de vocês, os engenheiros acompanharam a obra do começo ao fim, o Tribunal de Contas da União veio na obra duas ou três vezes.

Ademar: Fale mais sobre a auditoria, os apontamentos feitos.

Nalmir: Com relação aos cabos nós temos várias fotos, vocês também tem, que os cabos foram cortados, nós fizemos um levantamento dos cabos que foram roubados na obra, assim como as grades de alumínio, várias outras coisas, são duas toneladas de cabos. Os cabos roubados são os cabos 240, pesam em torno de um quilo e meio o metro. Esse roubo de cabo que aconteceu aqui, é um roubo que foi feito ao longo de muito tempo, porque pra passar eles pelos túneis que fizemos, não tinham no projeto, nós que fizemos, ficamos um mês em seis homens. A partir de hoje vamos começar a fazer ata notarial antes de entregar a obra, para não mais acontecer o que está acontecendo hoje.

Ademar: Houve roubo de grade de alumínio?

Nalmir: Tem uma grade de alumínio de vinte e poucos metros que não tem uma peça mais, tiveram vários roubos lá dentro.

Ademar: Em relação ao serviço de proteção de raios, foi instalado?

Nalmir: Está lá, o que acontece é o seguinte, houveram roubos depois da entrega, mas mesmo na nossa época também houve roubos, o maior problema que temos em obras hoje é roubo de cobre, é a primeira coisa que roubam. Na nossa época também houve roubo, nós compramos os cabos, colocamos de novo, até houve essa argumentação pela prefeitura, eu trouxe até a nota fiscal dos cabos que nós compramos em 2015, fomos roubados e colocamos de volta, quinze mil reais de cabo. E nessa época também roubaram os cabos de cobre nu do para-raio, aí colocamos de alumínio, mais difícil roubar porque ela fixada na estrutura. Está tudo funcionando como devido.

Janice Salvador: O Sr. acompanhou todo o processo, desde a licitação até a entrega da obra, certo?

Nalmir: Eu sou diretor técnico da construtora, eu acompanho todas as obras nesse aspecto, só não sou engenheiro residente.

Janice: Foram realizados dezoito aditivos nesta obra. Considerando aquilo que está no processo, esta obra já estaria contabilizando cerca de dezessete milhões quatrocentos e cinquenta mil cento e cinquenta reais e noventa e seis centavos, o que o Sr. diz que ainda a prefeitura deve a empresa está para além deste valor, são protocolos aditivos que não foram concedidos, o que gera essa dívida que a prefeitura ainda tem com a Endeal. O valor que a sua empresa tem a receber é um valor que está contabilizado nesses aditivos ou ainda é algo a mais, aditivos não concedidos?

Nalmir: Cinquenta mil reais está aí dentro, é o saldo contratual. Se somar todas as notas que nós emitimos e os pagamentos que vocês fizeram, há um furo de cinquenta e um mil reais. Está aí dentro o que vocês devem ainda pra nós, o resto é protocolo.

Janice: Houveram termos de ocorrência, quantos aconteceram durante o período de execução da obra?

Nalmir: Houveram ao longo da obra pelo menos três comissões, tanto na primeira gestão quanto na segunda. Três vezes foram feitas comissões internas da prefeitura pra fiscalizar a obra, e nós fizemos o que foi pedido.

Janice: Do que se trata a legalização de serviços extras e outros elementos que o Sr. cita no parágrafo final da resposta datada de 10 de maio de 2017?

Nalmir: Protocolo de 27 de abril de 2016, pedindo os custos de administração local, o TCU diz que a administração local da obra deve ser paga e ela refere-se ao custo do engenheiro

residente, ao mestre de obras, almoxarife, contador, RH, e como a obra é contrato global, nós não estamos pedindo durante todo período da obra, estamos pedindo ao período que se excedeu ao contrato original. Nossa equipe se excedeu por prazo muito superior por conta do contratante. Protocolo de 26 de abril de 2016, refere-se as leis sociais complementares que não foram pagas a nós. Refere-se a todas as despesas que os funcionários nossos tiveram que pagar aqui, de acordo com o Sindicato de Toledo. Outro, do começo de abril refere-se aos custos da administração central, refere-se ao BDI (lucro e despesas da empresa), proporcional ao tempo de obra que foi contratado, o prazo da obra estendeu-se por mais de dois anos e meio, então existe um percentual do BDI que se refere exatamente ao custo da administração central, esse é um custo que o TCU também entende como devido. Protocolo feito no final de 2015 em que nós cobramos o reajuste contratual, toda obra pela lei 866 após um ano da data da licitação deve ser reajustada, não recebemos nenhum reajuste dessa obra. Essa obra nós começamos em 2012 com o preço da tabela SINAPI de 2010, ganhamos essa licitação por mil e trezentos reais o metro quadrado de um hospital. Aditivo protocolado no final de 2015 que traz os serviços extras executados e também serviços que foram suprimidos. Existem trezentos e setenta mil cento e vinte reais que nós fizemos de serviços extra e cento e dezenove mil reais duzentos e oitenta e dois serviços que nós não fizemos, que foram suprimidos. Deveriam pra nós na época mais duzentos e cinquenta mil reais, entre acréscimo e supressão de serviço. Basicamente, são esses.

Janice: Em relação ao sistema de vigilância do local durante o período de execução da obra, o Sr. poderia nos dizer como era feito?

Nalmir: Nós tínhamos vigilância noturna e câmera, alarmes. Mesmo assim, durante a nossa execução fomos roubados.

Janice: A vigilância era provida pela própria empresa?

Nalmir: Sempre foi por nossa empresa.

Janice: Os furtos que aconteceram nesse período, houve registro pelo sistema?

Nalmir: Os roubos que tiveram durante a nossa gestão, antes da entrega definitiva nós fizemos B.O, fizemos tudo, mas tivemos que comprar de novo, colocar de volta e fim, não tem outra solução.

Janice: Segundo consta da documentação, o termo de recebimento definitivo da obra foi assinado em 21 de junho de 2016. O Sr. é conhecedor de alguma ocorrência de furto ou algo semelhante após esta data e que tenha havido a intervenção de alguma forma por alguém da empresa?

Nalmir: Eu sei todas as histórias, inclusive que entre a entrega provisória e definitiva houve um roubo na obra. Compramos os cabos e recolocamos, quinze mil reais, foi um roubo de trezentos metros de cabo, não como aconteceu ao longo do período, o roubo de dois mil metros, que vimos agora. Soubemos que depois também houve um outro roubo, que nos consultaram, meses depois que entregamos, dizendo que haviam roubado cabos, o agente da prefeitura viu quem roubou, seguiu até o Coopagro, coisa assim, mas não pegou o sujeito. Disseram ainda que o "cara" estava com o nosso uniforme. Uma história muito mal contada. O principal roubo é os cabos, tem quatrocentos, quinhentos mil de cabos roubados, isso dá mais de duas toneladas de cabo, ou seja, isso vem acontecendo há muito tempo.

Janice: O Sr. mencionou que ainda, de forma provisória, uma vez que o termo definitivo foi assinado apenas em junho de 2016, mas a obra estaria concluída em 2014?

Nalmir: Não, só pra terem uma ideia, em dezembro de 2014 a obra estava 96% executada, passou-se o ano porque a prefeitura devia dinheiro pra nós, cerca de dois milhões e fez o parcelamento em doze vezes de duzentos mil, algo assim, pra pagar o que devia pra nós, do contrato. Então nós tivemos que prorrogar esse prazo, pra então fazer e depois pegar o provisório, pra poder ir na Receita Federal pegar a certidão negativa de INSS junto pra

registrarem depois, e esse tramite demora. Por isso só saiu em 2016 o definitivo, se não teria saído muito antes.

Janice: Na verdade, no ano de 2015, esses 4% restantes não foram desenvolvidos ao longo do ano em razão desse parcelamento?

Nalmir: Exatamente. Pra se ter uma ideia nós pintamos a obra inteira em 2016 de novo.

Janice: A obra deu prejuízo a empresa ou ainda conseguiu salvar algo?

Nalmir: Os prejuízos calculados são em torno de um milhão e meio, mais ou menos. Janice: O Sr. foi bastante firme ao dizer dos projetos errados no momento da licitação, a incompatibilidade entre os projetos arquitetônicos, a inexistência talvez de alguns projetos. Qual teria sido o procedimento adequado e esperado naquele momento?

Nalmir: Só posso dizer que o maior problema de obra pública chama-se projetos. Nós demoramos três anos pra fazer uma obra, e o projeto é feito em seis meses porque o gestor quer fazer rápido, quer inaugurar a obra na gestão dele, esse é o problema do nosso país. O projeto é feito rápido, mal feito, prejudica toda a obra.

Janice: O Sr. mencionou a questão da Copel, esta expediu um documento em 27 de dezembro de 2012, Projeto Elétrico 421/2010 citando questões que precisam ser apuradas, mas isso indica para um projeto existente, diz da seguinte forma: "Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos que o projeto elétrico da entrada de serviços está em acordo com as normas técnicas da Copel", qual é o lugar deste documento na questão elétrica do Hospital Regional?

Nalmir: Em primeiro lugar, nós nunca recebemos este papel, não sei nem a que se refere. Nós nunca recebemos projeto aprovado na Copel durante a obra. Inclusive as datas não possuem coerência.

Antônio Zóio: Em qual gestão foram feitos os protocolos que o Sr. citou?

Nalmir: Os protocolos correram na primeira gestão que nos contratou, e na segunda gestão, na terceira já tínhamos entregue a obra.

Antônio: Sobre os cabos que foram furtados, em que época foram colocados?

Nalmir: Aconteceu em março de 2016 entre o recebimento provisório e o definitivo, a obra já estava com os guardas de vocês. Compramos novamente na Rede Lux materiais elétricos e recolocamos para pegar o definitivo. O furto maior acredito que ocorreu nos últimos três anos depois da nossa entrega.

Gabriel Baierle: A auditoria afirma pontos que não foram feitos, como por exemplo, a ausência de cobertura na saída do necrotério, central de gaze inacabada, é verdadeiro que isso estava licitado e não foi feito?

Nalmir: Não é verdadeiro.

Gabriel: Foi feito algo diferente do que foi licitado?

Nalmir: Muita coisa foi feita diferente. Desde a fundação, o projeto estava todo errado.

Gabriel: Tudo com processo dentro da prefeitura?

Nalmir: Só no papel, entregaremos pra vocês os papeis, tudo documentado.

Walmor Lodi: Os projetos foram executados de acordo com o Ministério da Saúde?

Nalmir: Não é isso. Só executamos projetos para que a obra não parasse. Tem o projeto da fundação, o projeto da estrutura, projeto do ar-condicionado, contratado por si só, nós fizemos só alguns projetos. Não mexemos em projetos arquitetônicos.

Walmor: Reformulando a pergunta, me refiro as portas, pedia-se um tamanho, foram colocados outro, isso foi feito de acordo com o projeto?

Nalmir: Veja bem, há duas opções, a obra é regida por três documentos, o projeto, a planilha contratual de serviços e um memorial descritivo. Houveram recomendações que não foram cumpridas, isso é normal, porque chega uma hora que os gestores não querem aditivos. Voltando ao teu assunto, as portas, existe um projeto que diz sobre o tamanho delas, só que existe uma planilha de serviços que diz quantas e o tamanho de cada porta colocada. Se na planilha tem dez portas de um metro, vou receber o que lá é dito. Se no

projeto tem vinte, escolham onde vocês querem as portas. Desde que esteja calçado pela planilha contratual.

Walmor: Apesar desta obra ser de um valor bem expressivo, ainda assim o Sr. citou que teve um prejuízo de um milhão e meio.

Nalmir: Vou lhe explicar, a obra mais complexa que existe no país, de obra civil, chamase hospital. Nada é mais complicado que hospital. A obra civil mais cara por metro quadrado do país, é hospital.

Ademar: O Secretário de Saúde que aqui esteve disse que não houve execução de obra nessa atual gestão e agora a pouco foi dito que foi pedido pela atual gestão que fosse refeito algumas situações, fizeram, e se quer foi pago.

Nalmir: Quando a nova gestão assumiu foi recolocado as pastilhas que haviam caído, foram feitos vários pequenos serviços, solicitaram e fizemos, foi feito e documentado. Ademar: Fontes do Jornal "O Paraná" destacam algumas irregularidades, itens que constam como pagos e não colocados ou executados em desconformidade. O que o Sr. tem a falar sobre isso?

Nalmir: Fizemos uma resposta para esse laudo feito por um engenheiro eletricista da prefeitura, fizemos um levantamento de todo o projeto de cabos com um memorial de cálculo, isso está entregue, ele falou isso sem memorial de cálculo. Nós executamos mais de três mil metros de cabo a mais que tem na planilha, isso já está protocolado para a prefeitura. Já documentamos que executamos muito mais do que recebemos.

Ademar: O que o Sr. tem a falar sobre a cabine de geração?

Nalmir: A cabine de medição não tem baixa e média qualidade, ou é ou não é, não há o que discutir.

Ademar: Aqui diz: "os materiais instalados tem espessura e diâmetro diferente do material pago", isso é uma acusação grave. Seguindo, aqui diz: "as portas das enfermarias tem dimensão inferior a do projeto e precisam ser refeitas".

Nalmir: No laudo que recebemos da prefeitura já nem falava-se mais em portas, já viram que está certo.

Ademar: Sobre a quantidade de disjuntores, porque houve a alteração na quantidade de cinco para doze?

Nalmir: Pode ter sido a diferença de projetos que houve na época ou podem ter sido tirados, dois, três disjuntores. Os circuitos que observamos há um mês atrás está tudo lá e funcionando.

Nalmir: Quando nós recebemos esse levantamento feito pela prefeitura, a primeira consulta que fizemos foram os projetos que haviam sido utilizados. A documentação diz que foi o projeto de 2002, a licitação foi em 2012.

Ademar: Cobertura executada com material inferior ao especificado.

Nalmir: Foi documentada uma troca de serviço, de uma telha para outra, pois a que era especificada, hoje em dia já teria caído. Isso já está resolvido no processo interno.

Ademar: O termo definitivo de entrega da obra, foi entregue diante uma comissão ou para uma pessoa?

Nalmir: Na segunda gestão quando entregamos foi feito uma comissão multidisciplinar, além de o TCU e o Ministério da Saúde ter vindo o prefeito a época fez uma comissão onde estava a Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras. Uma comissão multidisciplinar foi feita.

g) DOUGLAS SINCLER CANESIN DA SILVA

Aos 8 dias do mês de agosto, se apresentou para depor o terceiro convocado junto da CPI

001/2018, o Senhor **Douglas Sincler Canesin da Silva**. Conforme áudio gravado na rede interna da Câmara Municipal, <https://youtu.be/19kdrR7R9vo>

Janice: Você acompanhou a obra em todo o período de execução?

Douglas: Acompanhei do período de 2012 a 2014, após me desliguei da empresa e retorno no final de março de 2016 até junho de 2016.

Janice: Neste período houve algum sinistro, furtos, algo que tenha sido registrado?

Douglas: No período de 2012 a 2014, pequenos furtos que estamos até acostumados que acontece em obra. Algo corriqueiro. Mas nada de grande monta.

Janice: Em 2016?

Douglas: Quando retornei às atividades ocorreu um furto de cabos que a empresa havia adquirido. Na época eu não estava presente quando dos furtos, mas foi eu que fui recolocar o cabeamento.

Janice: Nós temos um B.O registrado em 14 de março de 2016 dizendo que houve relato noticiante ser administrador da obra do HR o funcionário da Endeal, que foram furtados os cabos elétricos de cobre que ligam o gerador ao transformador e à rede predial, que por ora o prejuízo está avaliado em R\$21.600 e que possui vigilantes contratados da empresa Inviolável, mas mesmo assim o furto ocorreu. Nada mais. Esta situação é do seu conhecimento?

Douglas: Sim, é do meu conhecimento. Como eu havia falado eu retornei às atividades da empresa no término de março e início de abril e quando retomei sabia que havia sido feito o furto e nova aquisição desse cabeamento.

Ademar: No relatório consta que foi forjada a recolocação dos cabos. O que o senhor tem a falar sobre isso?

Douglas: Total desconhecimento. O serviço foi feito. Se foi retirado de volta eu não sei. Esses cabos do furto de março foram recolocados, foram.

Ademar: Dentro dos mesmos parâmetros?

Douglas: Mesma coisa.

Ademar: Tecnicamente a mesma coisa? Não foram colocados materiais de qualidade inferior?

Douglas: Mesma coisa.

Ademar: É o que o senhor tem a falar sobre as portas? O senhor acompanhou a obra e nós temos aqui dentro da Comissão que foram executadas as portas de forma irregular no hospital.

Douglas: Que porta está irregular?

Ademar: Me parece que foram apresentadas que todas as portas ou a maioria eram para ter 1 metro e foram feitas de 80 centímetros.

Douglas: Depende do projeto. Tudo foi feito conforme o projeto.

Ademar: Qual projeto?

Douglas Projeto arquitetônico.

Ademar: Qual deles?

Douglas: São tantos projetos que tem ali.

Ademar: Vocês executaram o projeto original? O que foi licitado?

Douglas: Todos os projetos foram sofrendo alterações. O projeto do Hospital Regional virou uma colcha de retalhos porque tem coisa do primeiro projeto, do segundo, do terceiro e assim foi feito sucessivamente.

Ademar: A questão do padrão da entrada foi feita com o senhor Wolnei da Copel, ele fez a vistoria na instalação?

Douglas: Sim, ele fez uma vistoria. É de praxe ser feita uma vistoria antes da ligação final.

Ademar: Qual foi a resposta?

Douglas: Ele deu alguns apontamentos de pequenas alterações que precisavam ser feitas para a época, porque as normas vão sendo sempre atualizadas, que foram feitas. Para

aquela época, em 2014, foi adequado.

Ademar: A comissão foi fazer vistoria no hospital e teve uma denotação nas portas laterais de entrada, todas elas quebradas, tortas.

Douglas: Logo que fizemos a entrega, o fiscal me chamou e havia algum problema, não lembro ao certo qual era, e várias portas foram vandalizadas. Várias delas tentaram arrombar. Porque aquelas portas são saídas de emergência então são para facilitar a saída, então se facilita a saída, facilita a entrada. Então são frágeis, qualquer pessoa que queira agir de má fé ela vai conseguir estragar aquela porta. Não é uma porta de segurança.

Ademar: Porque faltou a instalação dos equipamentos solares? Os equipamentos solares foram pagos conforme relato aqui e não foram instalados?

Douglas: Nós fizemos sim uma pré-instalação. Os equipamentos solares, uma vez colocadas elas precisam entrar em funcionamento. Se você colocar aqueles tubos de vácuo, os técnicos que nos auxiliam não indicam deixar vazio, porque pode sofrer com um problema de excesso de aquecimento. Ele vai romper. Chuva de granizo, tudo isso, faz com que ele seja colocado apenas no momento que ele vai ser usado em efetivo porque senão você vai perder o equipamento.

Ademar: O senhor se lembra mais ou menos quantas comissões foram formadas no decorrer desta obra para acompanhar os trabalhos?

Douglas: Não lembro. Todo mês tinha uma comissão. As comissões eram praticamente mensais. A medição da obra é avaliada por uma comissão. Todos os aditivos, serviços. Tudo era formado por uma comissão. A análise de aditivo de prazo, aditivo de serviços e medições, análise dos nossos questionamentos sempre iam por comissão. Não sei como que era tratativa interna da prefeitura. A resposta sempre acabava vindo que estava sob análise das comissões.

Ademar: O início da auditoria diz assim "algumas irregularidades mais graves". "Na parte elétrica foram pagos R\$484.900,00, mas os serviços não foram executados. Os outros R\$618.000,00 foram pagos, mas executados em desconformidade. O que o senhor tem a falar sobre isso?

Douglas: Eu desconheço essa informação porque uma coisa é a pessoa falar que foi desconforme mas desconforme com que? Com que ela está se baseando? Ela tem um projeto aprovado? A gente fica nessa questão. Onde que ela foi buscar essa informação para dizer que está desconforme. É muito vago.

Ademar: E onde diz que não foram executados?

Douglas: Continua sendo vago porque tem serviço que está apontado em um projeto que não tem planilha. É fácil existir uma pré-instalação de ar condicionado, por exemplo, de rede elétrica, que não tem planilha mas tem projeto então não foi executado.

Ademar: O § 20 diz "outra falha dos demais serviços R\$250.500,00 foram pagos, mas não foram executados. R\$279.000,00 também pagos e em desconformidade. A cabine de medição de proteção foi avariada e reprovada pela Copel devido inúmeras desconformidades e material de baixa qualidade. Diante disso não é possível fazer o aterramento da cabine de geração sem quebrar a calçada". O que seria isso?

Douglas: Ele se baseia dizendo que o material é de baixa qualidade. Mais uma vez é vago. Se material que está lá é normatizado, a empresa que forneceu tem certificado via NBR e atende as normas, então está certo. Agora "ah, não, precisa quebrar a calçada para fazer um aterramento". Tudo bem. Quando o projeto foi feito talvez a Copel não exigisse a quantidade de aterramento que está sendo pedido hoje e que se continuar fazendo esse aterramento quando o hospital for funcionar, pode não ser válido novamente porque as normas andam mais rápido do que a obra.

Ademar: "Falta de passagem de diversos cabos. Falta de quadro elétrico. Falta de painéis. Falta de disjuntores. Falta postes que foram pagos. Os materiais instalados têm espessura

e diâmetro diferente do material pago e muitos outros apresentam qualidade muito mais baixa contratado e pago. Todas as lâmpadas instaladas são 127v e o hospital opera em tensão de 220v e 38v". Por que as lâmpadas foram instaladas em 127v?

Douglas: Até onde sei todos os reatores lá são bivolt. Então se for 127v ou 220v vai funcionar igual. Não muda nada.

Ademar: Em relação às portas diz aqui que as portas das enfermarias têm dimensão inferior à do projeto e precisam ser refeitas.

Douglas: A gente recai na questão de qual é o projeto que está olhando. No primeiro projeto que a gente tinha se eu fosse seguir ele e não usasse o bom senso, a maca não passava do centro de cirurgia para a enfermaria. Eu junto com o fiscal, consultamos algumas pessoas da área. Falei "Gente, eu não sou da área você, se quiser eu faço do jeito que está no projeto, mas a maca não vai passar. Como é que vai ser?". "Não, aumenta o tamanho da porta". E assim outros e outros parâmetros também foram feitos, nós fomos adequando porque existiam coisas que era visto que não iria funcionar. O próprio elevador a gente comprou o elevador que é maior até do que tá pedindo no projeto porque não caberia a maca.

Ademar: "Na lavanderia estava previsto um quadro para distribuição de 12 disjuntores mas existem comportas, no máximo cinco, instalação e aplicação de material inferior e mais barato.

Douglas: O quadro da lavanderia é bem específico porque deve ser o quadro maior quadro que tem do hospital ali fora, os de distribuição central, e justamente pela carga instalada e pela potência. A empresa que fez o quadro é uma empresa de cascavel. Faz quadros para todo lugar, seguiu as especificações. Inclusive aquele quadro vai ficar superdimensionado. Enfim, também não reconheço.

Janice: De um ponto em diante da obra a segurança do prédio passou a ser feita pela Guarda Municipal de Toledo e a Guarda Municipal faz registros diários acerca das ocorrências, caso haja, evidentemente. E que nós recebemos um registro da Guarda Municipal do dia 18 de agosto de 2016, portanto, praticamente 60 dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra. Dizendo que dois funcionários da empresa Endeal Construtora teriam adentrado ao prédio para finalizar reparo de encanamento que havia sido danificado com a reativação da água. Lembra disso? Poderia nos explicar o que houve para que esses funcionários adentrassem ao prédio?

Douglas: Pela situação eu não vou lembrar onde foi, mas isso é uma situação corriqueira de obra. A partir do momento que você deixa uma tubulação muito tempo sem água, mas volta a pressurizar aparece um vazamento. Faz parte do aporte técnico de garantias a gente ser acionado para ir mandar arrumar. Então provavelmente foi lá para arrumar.

Janice: O que nos causa estranheza é o que este Guarda Municipal relata na sequência dizendo então que esses funcionários demoraram muito para sair do prédio. Ele teria ido atrás verificar o que está acontecendo e diz que encontrou esses dois dentro de um elevador de manutenção retirando fios e soltando eles no túnel. Que na sequência iniciaram o carregamento dos fios na caminhonete e seguiram sentido Coopagro. Até aqui você é conhecedor da situação?

Douglas: Eu fui informado desse relato posteriormente, em hipótese alguma eles teriam ordem para fazer esse tipo de serviço.

Janice: Na realidade essa situação está bem estranha porque algumas pessoas teriam acompanhado esses funcionários até o Coopagro. Se depararam com a caminhonete vazia e depois foi chamado o engenheiro responsável, sendo eles funcionários antigos da empresa e de confiança. Este relato foi feito na presença do secretário de segurança e trânsito da época. Foram essas duas pessoas com o engenheiro foram até o SENAI conversar com os funcionários e fazer a acareação posterior. É o que

está no registro da Guarda Municipal. Você sabe quem foi esse engenheiro?

Douglas: Era eu, com certeza.

Janice: Temos também um B.O feito no dia 18 de agosto às 18h44 que foi você mesmo que fez e diz que foram 12 pedaços de 1200m de cabos. Especifica a metragem e a espessura dos cabos e que os cabos já estavam instalados na obra. Diz que não tem suspeitos. Como é que ficou essa justificativa dos funcionários retirando os fios e colocando sobre a caminhonete?

Douglas: Essa acareação foi feita posterior ao nosso B.O. Aí que o guarda disse "Eu vi eles dentro da obra tirando o material". Falei "é quase impossível eles dois terem tirado aquele volume de material naquele dia". Pode ser que ele tenha feito. Enfim, a ocasião faz o ladrão, mas eles não tiraram todo esse volume em um dia, é impossível.

5) Juntou-se o termo de declarações de **SILMARA FANCHER** (responsável pela empresa contratada) em sede policial (fls 448):

Cientificado que, caso tenha envolvimento com os fatos criminosos investigados, tem o direito e permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Inquirido a respeito dos fatos investigados, RESPONDEU: QUE trabalha diretora administrativa da ENDEAL Engenharia desde 1999 e que nos anos de 2012 a 2014 quando a empresa prestou serviços para construção do Hospital em Toledo, exercia este mesmo cargo; QUE não faz parte do corpo técnico da empresa e que atua na área administrativa de recursos humanos e segurança do trabalho; QUE já foi ouvida em Toledo numa CPI que apurava indícios de irregularidades, mas que na época já havia sido entregue a obra e já estavam com as certidões de baixa regular e que não havia mais execução da obra; QUE foi ouvida por ser uma das sócias da empresa; QUE não possui nenhum processo contra e que não houve nenhuma condenação da empresa e que processo estão em andamento. ada mais havendo, este Termo de Declarações foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes

6) Juntou-se o termo de declarações de **DENISE LIELL** (então secretária de Saúde) em sede policial (fls 449):

Cientificado que, caso tenha envolvimento com os fatos criminosos investigados, tem o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Inquirido a respeito dos fatos investigados, RESPONDEU: QUE a respeito dos fatos esclarece que foi secretária de saúde na gestão do prefeito Schiavinatto até o ano de 2012, quando retornou para sua função técnica de assistente social; QUE retornou em junho de 2018 como secretária de saúde novamente, quando o seu grupo político retornou ao poder em 2017; QUE quando retornou para o cargo em comissão em 2018 o hospital já estava pronto, mas ainda sem funcionamento; QUE o hospital começou a ser construído aproximadamente em 2011, sem saber precisar o mês; QUE quando esteve à frente da secretaria a partir de 2018 possuía renda de aposentada e mais a de cargo em comissão, com uma renda aproximada de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); QUE já foi ouvida como testemunha em outra ação de improbidade no município de Toledo e que existe ainda outra ação de improbidade e que uma delas trata a respeito da gestão do hospital e demora no início das atividades e a outra a respeito da obra em si; QUE questionada a respeito de ter alguma participação nos supostos desvios ou fraudes ocorridas, afirma que não tem nenhuma participação; QUE enquanto secretaria, não houve

qualquer questionamento a respeito das obras e que só tomou conhecimento posteriormente; QUE em 2017 quando começaram as tratativas para abrir o hospital é que começaram a aparecer as irregularidades; QUE atualmente o hospital não está em funcionamento, ainda está em obras; QUE não ocupa mais nenhum cargo em comissão na prefeitura; QUE nunca esteve presa; QUE nunca respondeu processo criminal e nem respondeu ação de improbidade. Nada mais havendo, este Termo de Declarações foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.

7) Juntou-se o termo de declarações de **DENISE HELENA SILVA LINS C DE MACEDO CAMPOS** (então Secretária de Saúde e que firmou o aditivo) (fls 490):

Síntese das declarações: foi cientificada acerca dos fatos e do direito ao silêncio. Quanto aos fatos alegou que apenas assinou o aditivo referente ao reequilíbrio econômico do contrato por se a obra afeta à secretaria que ocupava à época. Disse que a realização do reequilíbrio é feita com base em pareceres técnicos de diversos setores, como o do planejamento, assessoria jurídica, controle interno. Indagada se antes de assinar teve acesso a tais pareceres, disse que não. Indagada se conversou com algum dos integrantes dessas comissões, disse que não, acrescentou que apenas foi chamada para assinar o documento no gabinete do prefeito, e não estava, na ocasião, acompanhado dos pareceres das comissões. Indagada se sua assinatura era essencial à alteração/reajuste do valor do contrato, não soube esclarece com exatidão, alegando que era por ser o orçamento/obra afetos vinculados à secretaria de saúde.

8) Juntou-se o termo de declarações de **LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT** (então Prefeito e que firmou o o aditivo) (fls 491):

Síntese das declarações: foi cientificado acerca dos fatos e do direito ao silêncio. Quanto aos fatos, alegou que todas as questões relativas ao hospital eram discutidas no âmbito de um "colegiado" e que o aditivo com o reequilíbrio econômico do contrato foi feito após análise dos técnicos e setores responsáveis. Alega que na condição de prefeito não tem condições de acompanhar todos os detalhes do contrato, o que é feito por equipes de técnicos, passando pelos diversos setores, inclusive do controle interno. Apontou que o fiscal do contrato era JOSÉ CARLOS DE JESUS. Indagado se recordava do nome de algum desses técnicos que davam as orientações, principalmente das questões financeiras relativas ao contrato, respondeu que não. Confirmou ter recebido a obra ainda na sua gestão, a qual "chegou no seu gabinete" como concluída. Acrescentou que houve a fiscalização de equipe de técnicos do Ministério da Saúde, que fez medições, a qual, inclusive, teceu comentários sobre a obra. Acrescentou que GIANE BOFF era uma das técnicas responsáveis pela prestação de contas do convênio, a qual já chegou a alertar sobre pendências documentais, mas não especificou quais seriam esses alertas.

9) Juntou-se o termo de declarações de **JOSE CARLOS DE JESUS** (então fiscal do contrato e integrante da comissão para análise do reequilíbrio econômico-financeiro) (fls 501), o qual exerceu o direito ao silêncio.

10) Juntou-se o termo de declarações de **AMAURI VILMAR LINKE** (então Secretário de Administração):

Síntese das declarações: foi cientificado acerca dos fatos e do direito ao silêncio.

Explicou que era auditor fiscal concursado do município de Toledo/PR, tendo ocupado o cargo de Secretário de Administração entre 2013 e 2015. Explicou que os departamentos de licitações e o de contratos eram vinculados à essa secretaria. Esclareceu que sua função era burocrática, de dar os devidos andamentos aos procedimentos de solicitações e de compras. No caso em questão, referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com a empresa ENDEAL voltado à construção do

Hospital Regional, esclareceu que o pedido é recebido pela sua secretaria e depois encaminhado para os setores específicos emitirem os pareceres, como o controle interno e o setor jurídico, para só então encaminhar para formalização do aditivo. Alegou que não tem poderes para deferir o reequilíbrio, apensar de assim constar em seu despacho no processo, pois quem o tem é o Prefeito e o secretária a que está vinculada a compra. Esclareceu que há um impropriedade em seu despacho, pois apesar de constar "defiro o reequilíbrio", o entendimento é que defere o prosseguimento para elaboração da minuta do aditivo e envio a quem tem poderes para deferir. Disse que não tinha nem atribuição e nem condições de analisar se o reequilíbrio solicitado estava adequado. Disse que uma comissão foi formada e analisou o pedido de reequilíbrio. A comissão era formada por JOSÉ CARLOS DE JESUS, engenheiro Fiscal do Contrato em questão, NILSO LIBERATO era do Controle Interno e SÉRGIO GONÇALVES COSTA servidor da Secretaria da Fazenda. Esclareceu que após todos os pareceres, deu encaminhamento ao pedido. Esclareceu que não sabia se houve algum conluio ilícito para que tal recomposição fosse feita ou pelo pagamento por serviços não realizados.

11) Juntou-se o termo de declarações de **SÉRGIO GONÇALVES COSTA** (então da Secretaria da Fazenda do Município e integrante da comissão que analisou o reequilíbrio econômico-financeiro):

Síntese das declarações: foi cientificado acerca dos fatos e do direito ao silêncio. Disse que exercia o cargo de Auditor Fiscal Tributário. Quanto à análise do pedido de reequilíbrio, disse que de fato participou da "equipe" [comissão]. Esclareceu que não analisou a planilha pois não tinha conhecimento para isso e não eram informações da sua área de atuação, apenas assinou juntamente com os demais da comissão (JOSÉ CARLOS DE JESUS e NILSON LIBERATO), os quais informaram que tudo estava certo acrescentou ainda que NILSO lhe garantiu que estava na mais perfeita ordem. Disse que JOSE CARLOS DE JESUS era engenheiro da Prefeitura e que NILSO era do Controle Interno. Acrescentou que NILSON faleceu durante a pandemia da COVID.

A perícia Federal formulou as seguintes hipóteses criminais:

Em 22/11/2014, o município de Toledo/PR, por meio do oitavo aditivo ao contrato 360/2012, com Silmara Facher e Nalmir Fontana Feder, sócia administradora e diretor técnico, respectivamente, da empresa Endeal Engenharia e Construções Ltda, além do então prefeito Luis Adalberto Betó Lunitti Pagnussatt e da então secretária de Saúde Denise Helena Silva Lins, superfaturaram o contrato destinado à construção do Hospital Regional em Toledo. O superfaturamento, de

R\$ 1.165.222,97, foi comprovado por laudo pericial, causando prejuízo aos cofres públicos.

Os exames indicaram a adoção de valores inexistentes nas planilhas do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), bem como composições próprias ou cotações quando era possível adotar serviços similares previstos pelo SINAPI. A fiscalização e a empresa Endeal firmaram o reequilíbrio econômico-financeiro em R\$

2.764.221,59, enquanto os exames apontaram que o valor correto deveria ser de até R\$ 1.598.998,62.

De 2012 até 21/06/2016, data do termo de recebimento definitivo da obra, Silmara Facher e Nalmir Fontana Feder superfaturaram R\$ 207.943,23 no contrato 360/2012. A maior parte dos recursos veio do Ministério da Saúde. A entrega da obra ocorreu sem a execução de serviços pagos, conforme mencionado no laudo pericial 1852/2021. A materialidade e os indí-

cios de autoria decorrem do contrato 360/2012, oitavo aditivo ao contrato 360/2012, laudo pericial 1852/2021 e das declarações dos envolvidos.

Conclusão

Com base nos trabalhos da Polícia Judiciária, os autos são encaminhados para apreciação e demais providências pertinentes. O órgão policial permanece à disposição para eventuais outras diligências necessárias ao oferecimento da denúncia (art. 16 c/c art. 46/CPP).



Hospital Regional de Toledo, um cancro em vez de saúde

A construção do Hospital Regional, iniciada em 2012, deveria ser uma obra de esperança, mas acabou se tornando um épico de incompetência e corrupção. Tudo começou com promessas de modernidade e eficiência. O hospital, planejado para ser um dos mais avançados da região, logo se viu enredado em uma trama digna de um carma para a saúde pública.

Quem são os protagonistas?

O então prefeito Luis Adalberto Lunitti Pagnussatt, secretários municipais, engenheiros e empresários, todos imersos em um ciclo vicioso de erros, atrasos e desvios de recursos. A investigação da Polícia Federal, revelada trouxe à luz um superfaturamento de mais de R\$ 2,2 milhões nas obras do hospital.

A perícia científica confirmou que os aditivos contratuais e as modificações de projeto foram usados como artifícios para inflar os custos, resultando em um prejuízo colossal

para os cofres públicos.

O inquérito policial foi motivado por um memorando do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em resposta a um ofício da Câmara Municipal de Toledo.

A Comissão Parlamentar

de Inquérito do Hospital Regional destacou que as obras, inicialmente previstas para durar alguns anos,

se estenderam por um lustro, empregando recursos federais com um prejuízo de R\$ 1.632.642,91.

Desde o início, o projeto enfrentou uma série de problemas judiciais e estruturais.

As perícias apontaram erros graves que resultaram em atrasos significativos, elevando o custo total da obra para mais de R\$ 40 milhões.

Em 2019, a 1ª Vara da Fazenda Pública de Toledo decretou a indisponibilidade de R\$ 3,2 milhões em bens do ex-prefeito e de outros dez réus, entre eles engenheiros, ex-secretários e membros da empresa construtora.

Após a entrega, o hospital apresentou problemas estruturais e não iniciou seu funcionamento.

O Ministério Público do Paraná apurou que os envolvidos agiram para liberar a obra sem as devidas vistorias, visando liberar R\$ 887 mil à construtora antes do encerramento do convênio entre a União e o Município.

Sem as licenças necessárias, o prédio não pôde ser inaugurado.

A perícia Federal formulou hipóteses criminais que apontam superfaturamentos e a adoção de va-

lores inexistentes nas planilhas do SINAPI.

A fiscalização e a empresa construtora firmaram um reequilíbrio econômico-financeiro que resultou em um superfaturamento significativo.

O laudo pericial comprovou a materialidade e os indícios de autoria, levando à abertura do processo judicial.

Enquanto os autos seguem para apreciação, a população de Toledo continua à espera de respostas e de uma solução para o hospital que deveria ser um símbolo de progresso, mas se tornou um monumento à incompetência até mesmo de portas abertas.

Em uma cidade que ansiava por melhorias na saúde, restou apenas a amarga lembrança de promessas não cumpridas e a esperança de que, um dia, a justiça prevaleça e coloque nas suas devidas cadeiras as nádegas que for culpado.

JORNALISTA - Eliseu Langner de Lima.

